

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

PERÍODO: MARÇO A SETEMBRO / SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2011

- – **DEMANDA:** Projeto Comunidade Legal do CEOSP-MP;

AÇÕES/ INICIATIVAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Atuação do Ministério Público nas Bases Comunitárias de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover e participar de programas e ações relativos à inclusão social nas bases comunitárias de segurança. ▪ Prestar atendimento à população nas temáticas que envolvam a defesa de interesses sociais, a garantia do direito à segurança e à vida, prevenção da violência e da criminalidade, a defesa da ordem e da democracia e funções jurisdicionais ▪ Incentivar a mobilização, articulação e participação popular, por meio de ONG's, movimentos populares, conselhos e associações comunitárias, dentre outros, de modo a criar canais de participação e controle das políticas públicas, com ênfase na segurança pública. ▪ Realizar incursões de proximidade em defesa de grupos sociais vitimizados, especialmente envolvendo crianças e adolescentes, com vistas a defesa e prevenção da violência e criminalidade.
Projeto Comunidade Legal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a atividade ministerial relacionadas a execução e acompanhamento de medidas judiciais e extrajudiciais de proteção às crianças e adolescentes vitimizados; ▪ Articular a rede de prestação de serviços públicos, visando o desenvolvimento biológico, psicológico e social das crianças em más condições de vida, expostas a privações afetivas, econômicas, sociais e culturais; ▪ Contribuir no monitoramento e controle setoriais das ações na comunidade alvo, em apoio ao processo de gestão estratégica. ▪ Reduzir as situações de risco das crianças e adolescentes vitimizados; ▪ Reduzir as ocorrências relacionadas a participação de crianças e adolescentes em atividades ilícitas, como prostituição e tráfico de drogas, dentre outras situações de risco;

- **AÇÃO:** Audiência pública na Base Comunitária de Segurança Pública em 09/05/2011:

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

10/05/2011 14:29:38 **Redatora: Maiama Cardoso (MTb/BA 2335)**

De braços abertos, comunidade do Calabar recebe MP para juntos construírem nova realidade

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Isso é o que diz o artigo 5º da Constituição Federal do Brasil. Mas o que dizem os brasileiros? E aqueles que diariamente não veem seus direitos assegurados? "Não sabemos o que é segurança pública,



educação de qualidade e direito à saúde pública", foi o que afirmaram na tarde de ontem (9) cidadãos que integram a comunidade do Calabar. Em audiência pública promovida pelo Ministério Público estadual na recém-inaugurada Base Comunitária de Segurança ali instalada, eles destacaram que o MP é "a esperança de melhorias para a comunidade que se sente abandonada pelo Poder Público". "Estamos muito felizes em receber vocês aqui", disseram os participantes da audiência que lotou a sala de reuniões da unidade pacificadora. À comunidade, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva assegurou que os membros do MP ali estavam para ouvi-los e auxiliá-los na construção de um projeto de promoção de cidadania. "Temos procuradores e promotores de Justiça de diversas áreas aqui hoje", assinalou ele, frisando que "todos estão juntos no espírito de arregaçar as mangas para fazer falar alto um conjunto de ações de melhorias". Segundo o PGJ, o MP irá elaborar um plano estratégico para se organizar e desenvolver as ações necessárias na área.



Aos dezenove membros do MP presentes na audiência, que contou ainda com a participação do comandante do Policiamento da Capital, coronel Mozart Lima, os integrantes da comunidade reclamaram das abordagens policiais que "precisam ser melhoradas". "Graças a Deus, a Polícia chegou e a guerra acabou", disse uma das representantes do Calabar, lamentando,

porém, que, nesse primeiro momento, os policiais não estejam preparados para trabalhar com a comunidade. Segundo o coronel Mozart Lima, até o último sábado, integrantes da Polícia de Choque estavam atuando na localidade e, por isso, as ações eram um pouco mais repressivas. A partir de agora, garantiu ele, vai ser iniciado um trabalho de interação dos policiais com a comunidade e “buscaremos deixar como exemplo a convivência pacífica e harmoniosa”. Destacando que o MP tem um Grupo de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep) que estará sempre disponível para coibir os abusos cometidos, o procurador-geral de Justiça salientou que é preciso que o olhar da comunidade humanize a Polícia, assim como que a Polícia perceba a dignidade de cada pessoa da comunidade. “Não podemos permitir que barreiras invisíveis nos distanciem daqueles que podem caminhar ao nosso lado”, clamou o chefe do MP, acrescentando que “devemos humanizar o outro com o nosso olhar”. O coordenador do Gacep, promotor de Justiça José Emanuel Lemos, complementou lembrando que a ocupação da área está-se desenvolvendo por partes, inicialmente com a Polícia de Choque e agora com a Comunitária, e que todos precisam estar cientes de que a abordagem não pode exceder e atingir a dignidade e/ou integridade física das pessoas. O MP, disse o promotor, estará sempre disponível para receber quaisquer queixas.

Atento às reclamações relativas ao alto índice de poluição sonora; falta de segurança; falta de orçamento para a escola comunitária que ainda resiste com a ajuda do voluntariado; Posto de Saúde precário, com a equipe de Programa de Saúde da Família incompleta e carente de segurança; violência doméstica velada; falta de regularização fundiária; obras públicas insuficientes e inacabadas; inexistência de projetos sociais que envolvam os jovens; precariedade do Conselho Tutelar da área; evasão escolar; entre outras, Wellington César salientou que a participação de diversos membros do MP na reunião evidencia a disposição da Instituição para avaliar quais iniciativas são mais úteis para a população. “Trabalharemos para que este território seja ocupado por vocês, não por iniciativa de governantes, mas pela cidadania”, ressaltou o PGJ, informando que os membros



do MP buscarão atender às expectativas de melhoria da comunidade. O encontro, informou ele, é o primeiro de muitos outros que acontecerão para abordar temas específicos. “Gostaríamos que vocês repassassem aos demais integrantes da comunidade o espírito aberto e disponível do MP para resolver os problemas”, assinalou o PGJ, acrescentando que a atuação da Instituição será também potencializada no interior do estado com a posse de

49 promotores de Justiça empossados na noite de ontem. Segundo o promotor de Justiça que organizou a audiência e coordena o Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), Geder Gomes, a ideia do MP é retornar à localidade para trabalhar de maneira organizada. “Iremos articular as ações conforme as demandas identificadas para retornarmos aqui e nos concentrarmos no que for útil para vocês”, disse ele, destacando que “o MP não fará apenas uma visita, mas voltará para aquilo que for necessário”.

A visita do MP foi registrada pela presidente da Associação Comunitária do Calabar, Fátima Gavião, como “um momento de construção muito aguardado”. “A chegada do MP nos alegra porque sabemos que não há políticas públicas para comunidades como a do Calabar”, disse ela. Sendo complementada pelo representante da Associação Beneficente Recreativa do Calabar, Gilson Magalhães, que também destacou o seu contentamento com a presença do MP na comunidade. Esclarecendo

algumas questões abordadas pela comunidade, a promotora de Justiça Cristina Seixas informou que a Instituição está buscando identificar a origem do terreno em que se desenvolveu o Calabar para avaliar a possibilidade das pessoas terem a posse dos seus imóveis, e que a poluição sonora é crime, mas a primeira ação a ser desenvolvida é a educacional. A promotora de Justiça Márcia Virgens, que coordena o Núcleo de Proteção dos Direitos Humanos, informou que, desde 2007, o MP desenvolve um curso de capacitação em direitos humanos para policiais e que, brevemente, os 105 policiais designados para atuar no Calabar serão capacitados para melhor desenvolver as suas ações. Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância, a promotora de Justiça Márcia Guedes ressaltou que criança é prioridade no orçamento público, mas que é preciso haver mobilização social para pressionar o governo a “abrir as torneiras” e oferecer prioridade a quem tem esse direito.

Parabenizando a organização da comunidade, a procuradora de Justiça Terezinha Lobo, que coordena o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), colocou-se à disposição para resolver as questões relativas à área. A coordenadora do Grupo de Atuação de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa (Gepam), promotora de Justiça Heliete Viana, frisou que a comunidade precisa organizar-se para participar da construção do orçamento participativo porque o gestor fica obrigado a executá-lo de acordo com as prioridades lá elencadas, pois, se não fizer assim, poderá ser acionado. Preocupada com a situação da saúde, a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Cesau), promotora de Justiça Itana Viana, lembrou que a Associação precisa organizar-se para conhecer o SUS e que o MP poderá ajudá-la a se fortalecer para disputar espaço no Conselho Municipal de Saúde. Diante de tantas perguntas relativas à pensão alimentícia, a coordenadora do Nupar, promotora de Justiça Lúcia Helena Ribeiro, esclareceu que pedido de pensão alimentícia não é especificamente competência do MP, mas da Defensoria Pública. Segundo ela, um dos efeitos da paternidade é a obrigação alimentícia, a qual o MP tem a oportunidade de acordar. Nos próximos meses, o MP levará ao Calabar o projeto ‘MP Vai às Ruas’, que já está realizando o levantamento da área para saber quantas crianças estão sem o nome do pai no registro de nascimento.

De portas abertas para receber a comunidade, o MP também estará sempre disponível para auxiliá-los em todas as atividades afetas à área da cidadania, informou a coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Cidadania (Caoci), procuradora de Justiça Rita Rodrigues. A promotora de Justiça que coordena o Grupo de Atuação de Defesa da Mulher (Gedem), Márcia Teixeira, que já está-se integrando à comunidade, encerrou a reunião da qual também participaram o chefe de gabinete, promotor de Justiça Antônio Villas Boas; o assessor especial, promotor de Justiça Valmiro Macedo; e os promotores de Justiça Ricardo Dourado, Mônica Barroso, Maria Pilar Maquieira, Júlio Travessa, Maria Helena Xavier, servidores da Diretoria de Modernização e assistentes sociais da área da Cidadania.



- **AÇÃO:** Conclusão da 1ª etapa do Projeto Comunidade Legal / CEOSP com atuação das diversas áreas do MP/BA na comunidade do Calabar / Alto das Pombas, nos seguintes dias: 23 e 26/05 (GEDEM); 30/05 e 02/06 (GACEP); 06 e 09/06 (CEAMA); 14 e 21/06 (CESAU); 27 e 29/06 (CAOPJIJ); 04 e 07/07 (NUPAR), e no dia 24/08 aconteceu o “MP vai às ruas” com o ônibus do MP, no Calabar / Alto das Pombas.

Grupo de Defesa da Mulher (Gedem)

23/05/2011 - Entrevista com a coordenadora do Gedem, promotora de Justiça Márcia Teixeira, na Rádio Comunitária do Calabar.

26/05/2011 - Atendimento à comunidade na Base Comunitária de Segurança do Calabar (BCS-Calabar).

Após ampla divulgação na comunidade, por meio de entrevista da coordenadora do Gedem, promotora de Justiça Márcia Teixeira, na rádio local, distribuição de folhetos e contatos com as lideranças do Calabar e Alto das Pombas, foi realizado atendimento à comunidade visando o encaminhamento das demandas locais na área de defesa da mulher. A reunião foi coordenada por Márcia Teixeira, com o apoio da equipe interdisciplinar do Gedem, e contou com a participação de cerca de 15 mulheres, de diversas faixas etárias, algumas representantes de movimentos sociais que expuseram as situações de violência doméstica com maior incidência na comunidade. A promotora de Justiça prestou esclarecimentos sobre a legislação, mais especificamente sobre a Lei Maria da Penha e a rede de serviços de proteção à mulher em Salvador. As participantes revelaram a dificuldade enfrentada pelas mulheres para denunciarem as situações de violência às quais estão sendo submetidas. De acordo com elas, muitas não denunciam por temerem represálias, por vergonha e até mesmo por acharem que a mulher deve ser submissa aos maridos e companheiros, posição que, segundo as presentes, vem sendo incentivada por algumas lideranças religiosas locais. No final do encontro, houve distribuição de material informativo (cartilhas, folders e cartazes), incentivando a prevenção da violência contra as mulheres.

Grupo de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep)

30/05/2011 - Entrevista com o coordenador do Gacep, promotor de Justiça José Emanuel Lemos, na Rádio Comunitária do Calabar.

02/06/2011 – Atendimento à comunidade na Base Comunitária de Segurança do Calabar (BCS-Calabar).

Durante audiência pública realizada em 9 de maio de 2011, na BCS, alguns participantes fizeram referência à atuação violenta da polícia militar durante a fase de ocupação da comunidade. Mesmo concordando que havia necessidade de uma ação repressiva, afirmaram que pode ter ocorrido abuso por parte dos policiais. Segundo eles, em diversas situações, o efetivo agiu de maneira violenta e agressiva com os moradores, como se todos que ali residem estivessem ligados às atividades criminosas. Essas situações, segundo alguns, revelam a falta de preparo e, até mesmo, o preconceito da

polícia em relação às comunidades onde estão sendo instaladas as bases comunitárias de segurança. Com base nessas colocações e após haver participado da entrevista na rádio comunitária, ocasião em que respondeu às perguntas formuladas pelo entrevistador e ouvintes, o promotor de Justiça José Emanuel, acompanhado da equipe do Gacep, disponibilizou o atendimento do grupo aos moradores do Calabar e Alto das Pombas, o que ocorreu durante uma tarde, na BCS.

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente (Ceama)

06/06/2011 - Entrevista com a titular da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, promotora de Justiça Cristina Seixas, na Rádio Comunitária do Calabar.

09/06/2011 - Atendimento à comunidade na Base Comunitária de Segurança do Calabar (BCS-Calabar).

O atendimento foi amplamente divulgado através da rádio comunitária e da distribuição e fixação de diversos cartazes em locais estratégicos como padarias, escolas, unidades de saúde, entre outros. A população havia indicado, durante a audiência pública, a necessidade de ações efetivas por parte do poder público no sentido da regularização dos imóveis, uma das principais demandas da comunidade. Aspectos como esgotamento sanitário, coleta de lixo e poluição sonora também foram apontados como temáticas a serem tratadas.

Com o apoio da equipe do Ceosp, o atendimento foi coordenado pela titular da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, promotora de Justiça Cristina Seixas Graça, que abordou questões relativas a termo de posse e propriedade, regularização fundiária e usucapião coletivo. A promotora de Justiça ressaltou a necessidade de apurar a veracidade das informações relacionadas à propriedade das terras: se pertencentes à Santa Casa de Misericórdia; à Prefeitura Municipal de Salvador; ou a algum proprietário particular. Caso a propriedade seja pública, Cristina Seixas explicou que não há possibilidade de requerer o usucapião. A promotora de Justiça frisou a necessidade da apresentação de todos os documentos relacionados às residências dos cidadãos presentes para serem juntados numa possível Ação Civil Pública, inclusive de documentos antigos. Os participantes falaram das suas dúvidas quanto à medição dos terrenos, realizada por uma construtora contratada pela prefeitura com vista ao cadastramento dos imóveis. Cristina Seixas informou que também ouvirá algumas pessoas que se dizem herdeiras de um suposto proprietário das terras do Calabar. Após ouvir denúncias relativas à falta de esgotamento sanitário e irregularidades na coleta de lixo, a promotora de Justiça solicitou que a Associação de Moradores e os moradores da localidade do Camarão, área mais afetada pela falta de esgotamento sanitário, identifiquem em conjunto as prioridades com relação ao saneamento básico. Quanto às denúncias relativas à poluição sonora, foram caracterizadas como conflitos entre vizinhos, devendo, portanto, serem encaminhadas à Defensoria Pública da Bahia.

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Cesau)

Dia 14/06/2011 - Entrevista com a coordenadora do Cesau, promotora de Justiça Itana Viana, na Rádio Comunitária do Calabar.

Dia 21/06/2011 – Reunião com lideranças comunitárias, na Base Comunitária de Segurança do Calabar (BCS-Calabar).

A reunião com lideranças comunitárias foi anunciada pela coordenadora do Cesau durante sua participação em programa na Rádio Comunitária do Calabar. Na abertura da

reunião, a promotora de Justiça salientou a importância do encontro para o fortalecimento das comunidades do Calabar e do Alto das Pombas e da participação de ambas no controle social do SUS. Em seguida, discorreu sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público na área de saúde, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Cesau) e das Promotorias de Justiça de execução. Questionada acerca da possibilidade de serem encaminhadas ao MP as demandas de pessoas da comunidade com dificuldades de acesso a serviços de saúde, Itana Viana esclareceu que o Ministério Público Estadual tem procurado ter cautela para não se transformar em órgão regulador de demandas individuais de saúde, porque essa é uma função das secretarias de Saúde, e a ingerência do MP nesse sentido poderia beneficiar alguns em detrimento de outros. A atuação do MP, informou a promotora de Justiça, é no sentido de buscar o devido funcionamento do SUS, obedecendo aos princípios e diretrizes constitucionais, pois se o acesso estiver difícil para uns, estará para todos. A promotora de Justiça acrescentou que o SUS é regido pelo princípio constitucional da "universalidade igualitária do acesso", que contempla o princípio da isonomia. O papel do MP é o de zelar pelo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos garantidos na Constituição Federal, conforme o comando do art. 129,II da CF. Embora a saúde se inclua entre os direitos indisponíveis, existem critérios técnicos (médicos) para o acesso a alguns procedimentos e serviços, nos quais o MP não tem conhecimento específico para interferir. Pontuou que cabe ao *parquet* fiscalizar os fluxos de acesso, o cumprimento dos protocolos, induzir a implantação dos serviços para atender quantitativa e qualitativamente às necessidades da população. Esclareceu ainda que, ao interferir no acesso, excepcionando situações que se enquadrem em medidas cautelares, terminaria por transformar o MP em um canal de acesso privilegiado, atropelando os fluxos estabelecidos na legislação específica que rege o Sistema Único de Saúde. Assim sendo, o atendimento ao público pelas Promotorias de Justiça de execução do Cesau tem a finalidade de fornecer a orientação de encaminhamentos e tomar conhecimento de supostas omissões da Gestão do SUS, no sentido de adotar providências quanto ao Sistema local. Na oportunidade, a promotora de Justiça salientou a necessidade de serem formados conselhos locais de saúde, que possam levar as demandas aos conselhos municipais e às Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais de Saúde. Sugeriu também a realização de encontros nos quais pessoas de diversas áreas do Brasil interajam, avaliando os problemas de saúde do município, do estado e do país, respectivamente, com a presença de representações de governo, trabalhadores de saúde, prestadores de serviços e usuários do SUS de todo o Brasil.

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (Caopjj)

Dia 27/06/2011 - Entrevista com a coordenadora do Caopjj, promotora de Justiça Márcia Guedes, na Rádio Comunitária do Calabar.

Dia 29/06/2011 - Atendimento à comunidade na Base Comunitária de Segurança do Calabar (BCS-Calabar).

O atendimento foi divulgado através da participação da coordenadora do Caopjj no programa da Rádio Comunitária e da fixação de cartazes em diversos lugares de grande circulação nas comunidades do Calabar e do Alto das Pombas. A reunião foi coordenada pelo titular da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, promotor de Justiça Carlos Martheo Crusoé Guanaes, que, inicialmente, expôs algumas questões relacionadas à atuação da referida Promotoria de Justiça na área da saúde.

Os presentes relataram a situação atual da unidade do Programa de Saúde da Família (PSF), do Calabar, que está funcionando de maneira precária, sem computador e telefone, o que impossibilita a marcação de consultas, além da falta de profissionais como pediatra e outros. Carlos Martheo informou sobre a existência de Ação Civil Pública contra o Município de Salvador que se encontra em fase de recurso há mais ou menos 4 anos. Falou também das situações que são apresentadas à Promotoria de Justiça nos casos de uma demanda de saúde para crianças e adolescentes, pois acredita que grande parte da população desconhece os locais onde pode buscar ajuda no caso de dificuldades para atendimento com médico especializado, realização de exames e acesso a medicamentos. Foi também abordada a questão da falta de equipamentos de saúde para tratamento dos usuários de substâncias psicoativas. O promotor de Justiça prestou esclarecimentos sobre a falta de serviços especializados e as ações do Ministério Público para garantir a oferta do tratamento à população. Foram ainda apresentadas demandas para atendimento individual, relativas à guarda de crianças e pensão alimentícia, as quais o promotor de Justiça deu as orientações para o atendimento devido. No final foi enfocada a questão do lixo hospitalar, proveniente da Unidade de Saúde do Calabar. Segundo os presentes, não há local destinado ao lixo da unidade, foi improvisado um espaço com essa finalidade, porém o material fica exposto, colocando em risco a saúde da população. Carlos Martheo, acompanhado por alguns participantes, percorreu as imediações da Unidade do Programa de Saúde da Família, onde foi realizado o registro fotográfico do local que vem sendo destinado ao lixo. O promotor de Justiça assegurou a realização de ações integradas com o Cesau para buscar uma solução para o problema denunciadas pelos presentes, relativo ao funcionamento da unidade de saúde.

NUPAR -

Núcleo da Paternidade Responsável (Nupar)

Dia 04/07/2011 - Entrevista com a assistente social do Nupar, Angela Ribeiro, na Rádio Comunitária do Calabar.

Dia 07/07/2011 - Reunião com lideranças comunitárias, na Base Comunitária de Segurança do Calabar (BCS-Calabar).

A reunião com lideranças comunitárias do Calabar e Alto das Pombas foi articulada pelas equipes do Nupar e do Ceosp e teve como objetivo informar os presentes acerca das ações do Nupar e iniciar a mobilização da comunidade para os atendimentos. A coordenadora do Nupar, promotora de Justiça Lucia Helena Ribeiro da Cruz, e a assistente social Angela Ribeiro fizeram uma explanação sobre os serviços que deverão ser prestados pela Unidade Móvel do Projeto MP Vai às Ruas, previsto para ter início na segunda semana do próximo mês de agosto. A unidade ficará estacionada no Largo do Alto das Pombas e o atendimento deverá ocorrer das 8h às 17h. Foi destacada a prioridade para a quantificação das crianças e adolescentes que não têm o nome do pai no registro de nascimento, trabalho que deverá ser realizado nas escolas da comunidade e que requer um certo tempo, visto que a sua grande maioria dos estudantes frequentam escolas fora do Calabar. Esse trabalho deverá levantar a demanda para o atendimento que será prestado pelos promotores de Justiça e servidores do Ministério Público na unidade móvel. Serão oferecidos os seguintes serviços: reconhecimento de paternidade, acordos de alimentos, abertura de registro de nascimento, retificação de registro de nascimento, casamente e óbito e questões outras

peças que nunca foram registradas. Algumas passam a infância, adolescência, idade adulta e chegam à terceira idade sem nenhum documento, como se não tivessem existido, ressaltou Lúcia Helena. Essa situação dificulta e pode impedir o acesso aos serviços públicos, tais como educação e saúde, entre outros, além dos benefícios sociais que visam assegurar uma renda mínima para pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Na oportunidade, por solicitação dos presentes, também foram prestados esclarecimentos sobre curatela e apresentadas algumas situações na comunidade que tiveram o atendimento através da equipe do Nupar.

Assessoria de Comunicação Social

25/08/2011
11:36:37

Elson Aguiar (estagiário de Jornalismo) com supervisão de Aline D'Eça (MTB/Ba 2594)

Comunidade do Calabar é beneficiada com atendimento do 'MP Vai às Ruas'

"É excelente. O ônibus ajuda muito a gente que tem criança, pois nem sempre podemos sair com elas para buscar esses serviços". A frase, dita por Ivana Souza da Cruz, traduz o sentimento de várias outras mães que buscaram atendimento ontem, dia 24, no ônibus do projeto 'MP Vai às Ruas'. Mãe de duas crianças, Ivana Cruz alegrou-se com a chegada do projeto ao Calabar, pois teve a possibilidade de ir em busca da formalização de acordo de alimentos para os filhos. Assim como ela, outras pessoas da comunidade



foram recebidas pela equipe do 'MP Vai às Ruas', que, das 8h às 12h30, realizou atendimentos na área cível, em especial os relativos a reconhecimento de paternidade de crianças e adolescentes, acordos de alimentos e outras questões relacionadas a registro civil.

Segundo a promotora de Justiça Elane Rocha, "resgatar a cidadania de menores que não têm declarado o registro de paternidade do genitor, assim como a participação deste na vida da criança, é o ponto principal do trabalho do 'MP Vai às Ruas'", um projeto desenvolvido pelo Núcleo de Promoção da

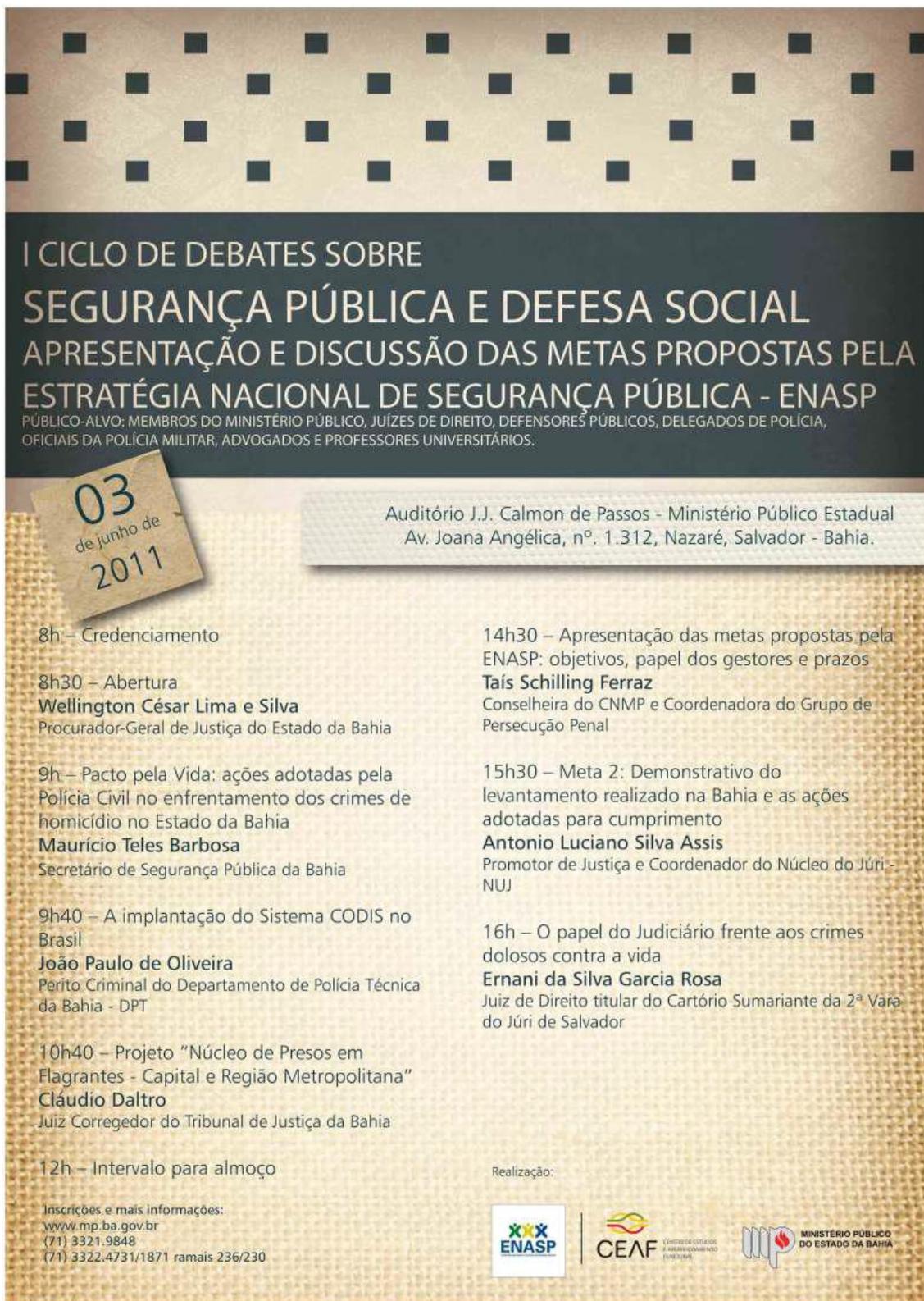
Paternidade Responsável (Nupar). Além de Elane Rocha, a também promotora de Justiça Marília Peixoto Fernandes prestou atendimento, ambas responsáveis por tratar de questões de paternidade. Os assuntos relativos a outras áreas serão encaminhados aos órgãos competentes. A visita do projeto ao Calabar é mais uma das ações da agenda de atuação do 'Programa Comunidade Legal', criado pelo Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) para planejar e organizar a atuação do MP nas Bases Comunitárias de Segurança. Ontem foi registrado o atendimento de 32 casos.



- **DEMANDA:** Formação e Gestão do Conhecimento.

Realização de estudos, pesquisas e eventos relacionados à área de segurança pública e defesa social;

AÇÃO: Realização do I Ciclo de debates sobre Segurança Pública e Defesa Social em 02/06/2011



**I CICLO DE DEBATES SOBRE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS METAS PROPOSTAS PELA
ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - ENASP**

PÚBLICO-ALVO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JUÍZES DE DIREITO, DEFENSORES PÚBLICOS, DELEGADOS DE POLÍCIA, OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR, ADVOGADOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS.

03
de junho de
2011

Audatório J.J. Calmon de Passos - Ministério Público Estadual
Av. Joana Angélica, nº. 1.312, Nazaré, Salvador - Bahia.

8h – Credenciamento

8h30 – Abertura
Wellington César Lima e Silva
Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia

9h – Pacto pela Vida: ações adotadas pela Polícia Civil no enfrentamento dos crimes de homicídio no Estado da Bahia
Maurício Teles Barbosa
Secretário de Segurança Pública da Bahia

9h40 – A implantação do Sistema CODIS no Brasil
João Paulo de Oliveira
Perito Criminal do Departamento de Polícia Técnica da Bahia - DPT

10h40 – Projeto “Núcleo de Presos em Flagrantes - Capital e Região Metropolitana”
Cláudio Daltro
Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça da Bahia

12h – Intervalo para almoço

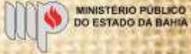
14h30 – Apresentação das metas propostas pela ENASP: objetivos, papel dos gestores e prazos
Taís Schilling Ferraz
Conselheira do CNMP e Coordenadora do Grupo de Persecução Penal

15h30 – Meta 2: Demonstrativo do levantamento realizado na Bahia e as ações adotadas para cumprimento
Antonio Luciano Silva Assis
Promotor de Justiça e Coordenador do Núcleo do Júri - NUJ

16h – O papel do Judiciário frente aos crimes dolosos contra a vida
Ernani da Silva Garcia Rosa
Juiz de Direito titular do Cartório Sumariante da 2ª Vara do Júri de Salvador

Realização:

Inscrições e mais informações:
www.mp.ba.gov.br
(71) 3321.9848
(71) 3322.4731/1871 ramais 236/230

03/06/2011 19:59:21 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Problemática da segurança pública requer ação articulada

Integrantes de organismos que compõem os sistemas de Justiça, Segurança Pública e Defesa Social da Bahia reuniram-se durante o dia de hoje (3), na sede do Ministério Público estadual, para participarem do 'I Ciclo de Debates sobre Segurança Pública e Defesa Social', promovido



pela Instituição por meio do seu Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) e do Núcleo do Júri (NUJ). Conforme assinalou o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, "o momento é de reflexão", pois, segundo ele, é preciso pensar como articuladamente colaborar para a resolução da problemática da segurança pública. Alguns até acham que a contemporaneidade está marcada pelo declínio da razão, ressaltou Wellington, alertando que não se pode imaginar que ela tenha perdido o seu papel, pois a mesma apenas abarcou outras qualidades, visto que é intrínseco à condição humana o pensamento e a ação. Mas a ação somente encontra sucesso se for objeto de uma reflexão que esteja blindada às interferências que não tenham lucidez de pensamento, concluiu o PGJ, salientando que bons resultados só serão alcançados por meio da racionalidade, reflexividade e com ações comprometidas.



1. Diante da plateia que lotou o auditório da Instituição, Wellington César destacou que, atualmente, há um esforço concentrado dos mecanismos de governo e de órgãos como o MP para resolver os problemas relacionados à segurança pública. Foi nesse sentido, aliás, que o Ministério Público idealizou o Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp), que se reuniu ontem e tem esse ciclo de debate como uma das suas atividades, e o

Ceosp. Porém, sinalizou ele, há muitas limitações à ação na área que é tão complicada. "Conduzir política de segurança pública sem realismo das limitações é condicionar o profissional a exigências que não se coadunam com a realidade", ressaltou o PGJ, afirmando que "esse é o primeiro passo para o fracasso". Ele também ressaltou que é impossível imaginar política de segurança pública sem articulação permanente e sem diálogo. Por isso, frisou o PGJ, é tão importante a realização de eventos como o de hoje, que pensam ações e políticas que possam evidenciar novos caminhos. Segundo o coordenador do Ceosp, promotor de Justiça Geder Gomes, que também preside o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), a articulação entre os diversos órgãos voltados à segurança pública é uma das iniciativas já implementadas pelo MP através do Centro. Ele destacou que o tema da segurança pública já está sendo debatido no país com certa ampliação e que várias ações estão sendo desencadeadas, assim

como também diversas estratégias tem surgido, a exemplo da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp).



2. O coordenador do Ceosp destacou ainda a instalação da Agenda Bahia em 2011, tendo como um dos seus vértices a segurança pública. De acordo com ele, já foi instalada a Câmara Setorial com órgãos do Sistema de Justiça, onde o MP também está representado. A Agenda Bahia também foi

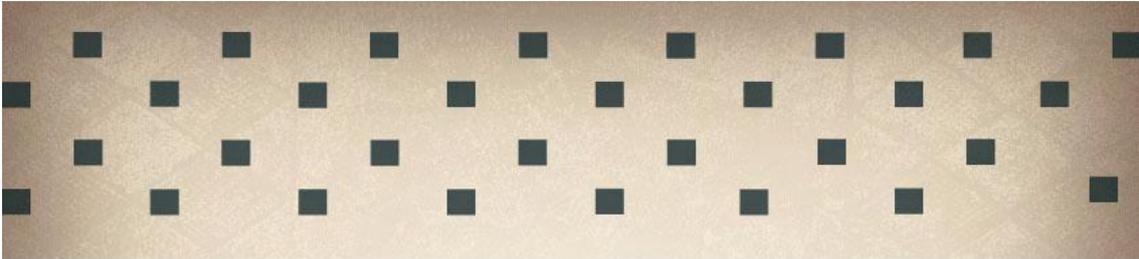
destacada pelo secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, que abordou o 'Pacto pela Vida: ações adotadas pela Polícia Civil no enfrentamento dos crimes de homicídio na Bahia'. Segundo ele, o Pacto além de um plano de segurança, é um plano de Estado porque pensa na qualidade de vida da população. O projeto é um avanço, assegurou o secretário, salientando que ainda é preciso refletir uma mudança para a segurança pública do país. De acordo com Maurício Barbosa, as limitações à atuação são inúmeras, mas, mesmo assim, o engajamento dos atores tem crescido e o amadurecimento das instituições que integram o sistema já se apresenta como um avanço. "Sem a participação do MP e do Poder Judiciário, a segurança pública não vai a lugar algum", destacou ele, ressaltando que acha extremamente importante a SSP integrar o Cisp. Apresentando o diagnóstico da segurança pública no estado, o secretário informou que, dos 417 municípios da Bahia, 20 contabilizam 80% dos homicídios ocorridos no estado. "É nesses lugares que precisamos intensificar as nossas ações", disse Maurício, complementando que não adianta fazer cobranças somente das autoridades, pois a instrução e dedicação da família, assim como o apoio de instituições da sociedade civil, são indispensáveis.

Compuseram também a mesa de abertura do evento as conselheiras do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Taís Ferraz e Maria Ester Tavares; a diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia, Cynthia Lopes; o juiz corregedor Cláudio Daltro; a defensora



pública-geral Maria Célia Padilha; a superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), Denise Tourinho; o diretor do Departamento de Homicídios da Polícia Civil, Arthur Gallas; o comandante de operações da Polícia Militar, cel. José Alves; e o coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP (Ceaf), promotor de Justiça Márcio Fahel.

AÇÃO: Realização do II Ciclo de debates sobre Segurança Pública e Defesa Social em 15/08/2011.



II CICLO DE DEBATES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PÚBLICO-ALVO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JUÍZES DE DIREITO, DEFENSORES PÚBLICOS, DELEGADOS DE POLÍCIA, OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR, ADVOGADOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS, SERVIDORES QUE ATUAM NA ÁREA CRIMINAL, ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA INSTITUIÇÃO E DEMAIS INTERESSADOS NO TEMA.



15
de agosto de
2011

Auditório J.J. Calmon de Passos - Ministério Público Estadual
Av. Joana Angélica, nº. 1.312, Nazaré, Salvador - Bahia.

8h30 – Credenciamento

9h – Abertura
Wellington César Lima e Silva
Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia

9h15 – Monitoramento Eletrônico:
Aspectos Legais (Leis 12.258/10 e 12.403/11)
Geder Luiz Rocha Gomes
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social - CEOSP

10h – Mesa Redonda: Lei das Medidas Cautelares nº 12. 403/2011
Expositores:
Renato Flávio Marcão
Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo
Moacyr Pitta Lima Filho
Juiz de Direito Titular da Vara Especializada do Júri de Salvador
Mediador:
Rômulo de Andrade Moreira
Procurador-Geral de Justiça Adjunto para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Estado da Bahia

12h – Encerramento

Inscrições e mais informações:
www.mp.ba.gov.br
(71) 3321.9848
(71) 3322.4731/1871 ramais 236/230

Realização:




15/08/2011 20:08:34 Redatora: Maria Alcina Pipolo (MTb/BA 915)

Monitoramento eletrônico e lei das medidas cautelares são discutidas no MP



Persistência, articulação permanente entre os órgãos que compõem o sistema de defesa social, definição de metas e implementação de iniciativas engenhosas e eficientes. Esses são os itens que o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva considera indispensáveis para o combate à violência e à criminalidade, os quais ele enumerou ao abrir, na manhã de hoje, dia 15, o 'II Ciclo de Debates Sobre Segurança Pública e Defesa Social', no auditório J. J.



Calmon de Passos, na sede do Ministério Público estadual no bairro de Nazaré. De acordo com o PGJ, não se pode apenas discutir a problemática da segurança pública, "mas aprofundar nossos vínculos e buscarmos soluções fecundas para as nossas instituições e a sociedade como um todo".

Atendendo a esse chamamento, o evento contou com 220 participantes, entre promotores de Justiça, juízes, defensores públicos, policiais militares e civis, dirigentes de órgãos públicos, advogados, estudantes de Direito e servidores, que, além do pronunciamento do chefe do MP, ouviram a palestra do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, sobre 'Monitoramento Eletrônico' e detalhes sobre a 'Lei de Medidas Cautelares', na mesa redonda que teve como expositores o promotor de Justiça do MP de São Paulo, Renato Flávio Marcão (foto abaixo), e o juiz titular da Vara Especializada do Júri de Salvador, Moacyr Pitta Lima Filho, com mediação do procurador-geral de Justiça Adjunto para Assuntos Jurídicos Rômulo de Andrade Moreira.

Assinalando que até os países mais desenvolvidos sofrem com a violência, a exemplo da Inglaterra e mais especificamente Londres, o PGJ enfatizou que a problemática da segurança pública está presente em todo o Brasil e que é preciso estar atento às especificidades de como ocorre na Bahia. "Este II Ciclo é mais



uma iniciativa do MP, por intermédio do Ceosp, de enfrentamento à violência, mais um pequeno passo numa trajetória que é longa e árdua”, disse Wellington César. Continuando, ele frisou que com a criação do programa 'Pacto pela Vida', pelo Governo do Estado da Bahia, e a assimilação de ações exitosas, como as de Pernambuco e Minas Gerais, “estabeleceu-se uma estratégia mais eficiente para debelarmos o problema da violência”.



1. O chefe do MP classificou como “fundamental” a existência de “uma política de comunicação permanente entre os estados, não se maquiando os dados, nem se caindo em alarmismos”. “É preciso mobilização, articulação e ação, pois sem isso os órgãos que compõem o sistema de defesa social não chegarão a lugar nenhum”. Nesse

sentido, acrescentou Wellington César, foi instituído pelo MP no ano passado o 'Comitê Interinstitucional em Segurança Pública' (Cisp), que reúne diversas instituições dos sistemas de Justiça e Defesa Social. Mais recentemente, foi criado o Ceosp – além dos Centros de Apoio Operacionais de Defesa da Educação e da Saúde –, atendendo à demanda dos promotores de Justiça que elegeram segurança pública, educação e saúde como prioridades de trabalho no Planejamento Estratégico da Instituição. Informou ainda que está trabalhando no sentido da criação da Promotoria de Justiça de Execução Penal e no reforço dos grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e à Sonegação Fiscal (Gaesf).

Participaram também da mesa de abertura do ciclo o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e coordenador do Ceosp, promotor de Justiça Geder Gomes; o secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado, Nestor Duarte Neto; o procurador-chefe da Procuradoria da República da Bahia, Wilson Rocha de Almeida Neto; a defensora pública-chefe da União, Juliana Bastos Nogueira; o juiz do Tribunal do Júri de Salvador, Moacyr Pitta Lima Filho; a defensora pública-geral do Estado, Maria Célia Nery Padilha; a chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública, Emília Blanco; o corregedor regional da Polícia Federal na Bahia, delegado Fernando Peres; o coronel José César Perroni de Souza; a presidente da Associação do Ministério Público da Bahia (Ampeb), promotora de Justiça Norma Angélica Reis Cavalcanti; e o coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), promotor de Justiça Márcio Fahel.

Monitoramento Eletrônico

O coordenador do Ceosp iniciou sua palestra lembrando que o centro é uma iniciativa pioneira no país e que já tem produzido resultados positivos, incentivando outros Ministérios Públicos a criarem centros de apoio em semelhantes moldes. Acrescentou que o ciclo de debates é uma ação do Ceosp que será periódica, a cada dois meses, em parceria com o Ceaf. Na palestra



sobre 'Monitoramento Eletrônico: Aspectos Legais (Leis 12.258/10 e 12.403/11)', Geder Gomes lembrou que o monitoramento eletrônico é adotado em vários

países desde a década de 1970, estando ainda incipiente sua utilização no Brasil, devendo ser implantado o uso do bracelete eletrônico e, como segunda opção, a pulseira eletrônica. O monitoramento eletrônico, explica ele, possibilita o controle de onde a pessoa está em tempo real, quanto tempo permaneceu nos locais onde esteve e qualquer tipo de dano ou ataque sofrido pelo equipamento, ficando as informações disponíveis para controle do Estado. Enquanto a construção de uma vaga prisional custa de R\$30 mil a R\$ 35 mil, a implementação do monitoramento sai por R\$ 460,00, informa o coordenador do Ceosp.

Frisando que o Brasil é campeão mundial no número de unidades prisionais e no número de presos, Geder Gomes afirmou que não se enfrenta a questão da criminalidade somente com a prisão, e que, "diante das mazelas do cárcere, o monitoramento eletrônico se apresenta como uma melhor opção, já que possibilita a redução da criminalidade, à medida em que evita a convivência dos monitorados com os presos provisórios". Ele lamenta, no entanto, que a Lei 12.258/10 só preveja o monitoramento para os casos de prisão domiciliar e saída temporária (ambas em execução), e, com a Lei 12.403/11, para os presos provisórios. Geder Gomes é de opinião que o monitoramento seja implantado gradativamente, antecedido de uma fase experimental, com concordância do monitorado e prevenção do impacto a sua saúde devido à instalação do equipamento eletrônico.

Lei das Medidas Cautelares

Tendo como mediador o procurador-geral de Justiça Adjunto para Assuntos Jurídicos Rômulo Moreira, durante a 'Mesa Redonda: Lei das Medidas Cautelares nº 12.403/11', o promotor de Justiça do MP de São Paulo, Renato Marcão, afirmou que se trata de uma reforma positiva, mas pontual, direcionada apenas às medidas cautelares, fazendo-se necessária uma revisão geral do Código de Processo



Penal que data de 1941. Ele enfocou aspectos críticos da nova lei, na questão da fiança; na impossibilidade do juiz decretar prisão preventiva de ofício na fase inquisitorial; na utilização da prisão cautelar somente em caráter excepcional, priorizando-se as demais cautelares previstas na nova lei; e quanto à necessidade constante do estabelecimento do contraditório (acusação e defesa) em todas as fases relativas ao uso e à revogação das medidas cautelares.



Enfatizando que "é preciso fazer acontecer, com a criação de mais Varas e Promotorias de Justiça e com mais estrutura para as Polícias Civil e Militar, o juiz titular da Vara Especializada do Júri de Salvador, Moacyr Pitta Lima, afirmou que se confunde segurança pública com prisão, e que "há uma cobrança feroz da sociedade e dos programas diários sensacionalistas" pelo encarceramento. Ele salientou

que "prender é antecipar pena, desrespeitando o que prescreve a Constituição Federal, defendendo que haja uma mudança de mentalidade e de cultura. Pitta Lima salientou que uma das inovações da lei é a proibição de prisão cautelar na fase do inquérito, "o que não está sendo bem aceito". Ou seja, ao se instruir um inquérito ou ao se lavrar um auto de prisão em flagrante, tem que haver uma representação pela prisão preventiva ou cautelar. "Se assim não for feito por parte da Polícia ou do Ministério Público, o juiz deve conceder a liberdade provisória", explica Pitta Lima.

- **AÇÃO:** Dando ao cumprimento no disposto no art. 5º, VI, do ato nº 122/2011 – PGJ, que dispõe sobre a criação do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP, foi instituído o Grupo Institucional, composto por Membros do Ministério Público do Estado da Bahia, no intuito de realizar estudos e pesquisas da legislação, doutrina e jurisprudência, visando a prestação de subsídios técnico e administrativos ao MP/BA, na área de Segurança Pública e Defesa Social.

Grupo – Componentes: - Dr. Anderson Freitas de Cerqueira, Promotor de Justiça de Guanambi; - Dr. Fábio Ribeiro Veloso, Promotor de Justiça de Feira de Santana; - Dr. Fabrício Rabelo Patury, Promotor de Justiça de Ipirá; - Dr. João Paulo Santos Schoucair, Promotor de Justiça de Ribeira do Pombal.

Coordenação: Dra. Mônica Barroso Costa Promotora de Justiça lotada no CEOSP.

- **DEMANDA:** Projeto Juventude Livre do CEOSP-MP

<p>Projeto Juventude Livre</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a atividade ministerial relacionadas a execução e acompanhamento de medidas judiciais e extrajudiciais de proteção às crianças e adolescentes vitimizados, em razão da privação da liberdade de pais ou responsáveis. ▪ Articular a rede de prestação de serviços públicos, visando o desenvolvimento biológico, psicológico e social das crianças e adolescentes em más condições de vida, expostas a privações afetivas, econômicas, sociais e culturais. ▪ Contribuir no monitoramento e controle setoriais das ações na comunidade alvo, em apoio ao processo de gestão estratégica. ▪ Reduzir as situações de risco das crianças e adolescentes vitimizados, alvo deste projeto. ▪ Reduzir as ocorrências relacionadas a participação das crianças e adolescentes em atividades ilícitas, como prostituição e tráfico de drogas, dentre outras situações de risco.
---------------------------------------	---

- **AÇÃO:** Reunião com Unidade de Saúde da Família do Calabar

- **Data:** 12/08/2011 **Hora:** 14h30m **Local:** Unidade de Saúde do Calabar
- **Pauta:** Apresentação do Projeto Juventude Livre para a equipe do Programa de Saúde da Família-PSF do Calabar.
- A reunião teve início às 15h, na Unidade de Saúde da Família do Calabar, com os integrantes das equipes de saúde, para apresentação do Projeto Juventude Livre.
- A psicóloga Carla França iniciou a reunião com uma breve apresentação sobre a atuação do Ministério Público na sociedade e no âmbito do Programa Pacto Pela Vida. Em seguida foram expostos os motivos da reunião e apresentado o Projeto Juventude Livre, que busca parceria da equipe de saúde para localizar as famílias de crianças e adolescentes cujos pais ou responsáveis estejam cumprindo pena de prisão em regime fechado. Também foi exposta a trajetória da equipe do CEOSP junto a outros órgãos e instituições, na tentativa de localizar o público alvo do Projeto. Em seguida os participantes foram convidados a manifestar suas dúvidas sobre a ação. A primeira pergunta fez referência à situação de algumas famílias que podem representar empecilhos para a adesão ao projeto, tais como: continuidade dos familiares nas práticas ilícitas, temor de serem estigmatizadas perante a comunidade, receio de que uma aproximação com o MP possa “prejudicar” o familiar preso e outros. Neste sentido, alguns participantes questionaram sobre os benefícios que seriam oferecidos como contrapartida para as famílias atendidas pelo projeto. Foi esclarecido que a

partir da situação encontrada, o atendimento será planejado, considerando as demandas apresentadas. O gerente da unidade questionou várias vezes sobre outras possibilidades que poderiam ser adotadas pela equipe do CEOSP, para chegar a essa população. Mais uma vez foram apresentadas as diversas dificuldades encontradas até que se decidisse buscar parceria junto à equipe de saúde, como a falta de cadastro das famílias pelo CRAS e a impossibilidade do sistema penitenciário selecionar os internos por domicílio. Também se fez necessário enfatizar as diferentes atribuições do Ministério Público, especialmente nas áreas criminal e de execução penal pois os participantes também demonstraram receio de que as famílias sejam prejudicadas em virtude da aproximação com o Ministério Público. Ao final da reunião foram disponibilizados os números de telefones e endereço eletrônico do CEOSP para contatos, no caso de localização de famílias que apresentem o perfil do público alvo do projeto. Na ocasião, também foi divulgada a ação do Núcleo de Paternidade Responsável- NUPAR que deverá ocorrer nos próximos dias 17 e 24 de agosto .

- **Anexo: Lista de presença**

- Salvador, 12 de agosto de 2011.

- Carla Pinheiro França
- Psicóloga Social CRP03/2192

Alexandra Santos Conceição
Estagiária de Psicologia

- **AÇÃO:** Reunião com Unidade de Saúde da Família do Alto das Pombas

REGISTRO DE REUNIÃO

Data: 11/08/2011 **Hora:** 15h30m **Local:** Unidade de Saúde da Família do Alto das Pombas

Pauta: Apresentação do projeto Juventude Livre para a equipe do Programa de Saúde da Família-PSF do Alto das Pombas.

A reunião teve início às 15h30m, na Unidade de Saúde do Alto das Pombas com os integrantes das equipes do Programa de Saúde da Família-PSF daquela unidade. A psicóloga Carla França iniciou a reunião com uma breve apresentação sobre o papel do Ministério Público na sociedade e dentro do Programa Pacto Pela Vida. Em seguida foram apresentados os objetivos da reunião e do Projeto Juventude Livre, voltado para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em virtude da prisão de seus pais e/ou responsáveis. Foram descritos os percursos da equipe do Ministério Público e as dificuldades para localizar o público alvo do projeto, motivo pelo qual está sendo solicitado o apoio das equipes do PSF. Em seguida os participantes foram convidados a manifestar suas dúvidas sobre o projeto e as perguntas se referiam às ações a serem desenvolvidas e quais os benefícios oferecidos às famílias. Alguns casos foram citados, mas os participantes foram orientados a primeiramente falar sobre o projeto com as famílias e indagá-las acerca do interesse em participar da ação. A partir desse interesse, as demandas serão analisadas e encaminhadas aos órgãos competentes para o atendimento, caso extrapolem as áreas de atuação do Ministério Público. Foi ressaltado para o grupo, o protagonismo das famílias como aspecto fundamental para o êxito do projeto. Ao final, foram disponibilizados pela equipe do CEOSP, os números de telefone e endereço eletrônico para contato, em caso de localização de famílias que manifestem interesse pelo projeto. O momento foi aproveitado para divulgar as ações do Núcleo de Paternidade Responsável-NUPAR, a serem realizadas nos dias 17 e 24 de agosto, no Alto das Pombas.

Anexo: Lista de presença

Salvador, 11 de agosto de 2011.

Carla Pinheiro França
Psicóloga Social CRP03/2192

Alexandra Santos Conceição
Estagiária de Psicologia

- **DEMANDA:** Atuação na ampliação das penas e medidas alternativas à prisão no Estado da Bahia.

<p>Programa de Penas e Medidas Alternativas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prestar apoio à política estadual de penas e medidas alternativas, contribuindo para a redução de pessoas que cometem delitos de menor potencial ofensivo no sistema penitenciário ▪ Participar, em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN do Ministério da Justiça/Coordenação Geral de Fomento ao Programa de Penas e Medidas Alternativas – CGPMA e da Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas - CONAPA, das ações voltadas à execução de penas e medidas alternativas ▪ Participar, junto ao Governo do Estado da Bahia, das iniciativas voltadas para a ampliação do número de Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas no interior do Estado
--	--

- **AÇÃO:** Participação ativa do CEOSP nas diversas reuniões do Comitê Interinstitucional de Política Criminal e Penitenciária do Estado da Bahia e na Câmara Setorial do Sistema Penitenciário do Estado da Bahia do Programa Pacto Pela Vida, propondo medidas que possibilitem a utilização do monitoramento eletrônico de presos, tais como a articulação com empresas especializadas (SAC 24, Space Com, etc).
- **AÇÃO:** Articulação junto a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo para visita de comitiva do Estado da Bahia composta por representantes do TJ/BA, MP/BA, DPE/BA, Secretarias de Estado (SSP, SEAP), ocorrida no dia 29/07/2011, com o objetivo de conhecer e estudar o programa de monitoramento eletrônico já desenvolvido por aquele Estado.

- **AÇÃO:** Sugestão apresentada pelo CEOSP, junto ao Governador do Estado da Bahia, em 08/04/2011, e ao Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, em 28/04/2011, de ampliação do número de Centrais/Núcleos de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas à Prisão no Estado da Bahia, com elaboração da respectiva minuta de anteprojeto de lei e estudo técnico, já em trâmite, desde julho de 2011, junto à Casa Civil do Governo do Estado da Bahia, para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

27/05/2011 11:37:57 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA -2335

MP propõe ao Estado ampliação do sistema de penas alternativas



Uma proposta de ampliação do Sistema de Execução de Penas e Medidas Alternativas foi apresentada ao Governo do Estado pelo Ministério Público estadual, que, por meio do seu Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), busca o aprimoramento do sistema, que conta atualmente com dez Centrais de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (Ceapas). Segundo informou o coordenador do Ceosp, promotor de Justiça Geder Gomes, ao secretário da Administração Penitenciária e Reintegração Social, Nestor Duarte, o objetivo é dobrar o número de centrais no

estado, implantando-as em municípios ainda não contemplados. Atento à explanação, o secretário se comprometeu a apresentar ao governador um projeto de lei que preveja a criação das dez novas centrais, informou Geder Gomes.

De acordo com o promotor de Justiça, a proposta de ampliação foi elaborada com base em estudos técnicos da própria Secretaria da Administração Penitenciária, que identificou a necessidade de implantação das novas Ceapas no interior do estado. Ainda segundo Geder Gomes, dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) indicam que existem atualmente no Brasil mais de 800 mil cumpridores de penas alternativas e 500 mil presos. Entretanto, o custo mensal do cárcere é 20 vezes superior, sendo que o descumprimento das penas alternativas não ultrapassa a 10% e a reincidência está estimada entre 2% e 12%, enquanto a carcerária fica entre 70% e 85%. Na Bahia, a primeira Ceapa, órgão que realiza o acompanhamento da execução de medidas e penas alternativas aplicadas pelo órgão do Poder Judiciário, foi instalada em 2002. Desde a implementação do sistema, mais de 9.500 cumpridores de penas já foram atendidos.

MINUTA DO PROJETO DE LEI

Projeto de Lei nº/2011

Cria dez Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, altera a estrutura de cargos em comissão da Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados os Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas nos municípios de Senhor do Bonfim, Seabra, Cruz das Almas, Serrinha, Paulo Afonso, Alagoinhas, Macaúbas, Itapetinga, Irecê e Guanambi, vinculados à Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas da Bahia – CEAPA, coordenação integrante da Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia.

Art. 2º - A cada Núcleo competirá o acompanhamento da execução de medidas e penas alternativas aplicadas pelos órgãos do Poder Judiciário do Estado da Bahia nos municípios elencados.

Art.3º - Para o cumprimento de suas finalidade institucional, ficam criados os seguintes cargos, vinculados a CEAPA:

- I. 10 (dez) cargos de coordenador técnico, símbolo DAS-2D;
- II. 30 (trinta) cargos de assessor técnico, símbolo DAS-3, sendo 03 (três) cargos por Núcleo para os Técnicos de Serviço Social, Psicologia e Direito;
- III. 10 (dez) cargos de Secretário Administrativo, simbolo DAI-5;

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão em razão dos recursos constantes no orçamento do exercício, Atividade 14.122.503.2001, Administração de Pessoal e encargos, Fonte 00, elementos de despesa 3.1.90.11 e3.1.90.13. Vencimento e vantagens fixas – pessoal civil e obrigações patronais, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 5º – O poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação.

Art. 6º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

Nota Técnica – Estudo de viabilização da ampliação das Centrais/Núcleos de Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas do Estado da Bahia

Salvador, 20 de maio de 2011.

Nota Técnica 08/2011

Assunto: Implantação de dez novos Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas

CEAPA E NÚCLEOS: PAPEL E OBJETIVOS

A implantação de Centrais e Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas através de uma ação multidisciplinar é certamente o referencial no apoio e acompanhamento efetivos à execução das medidas e penas restritivas de direitos, pois preconizam a partir da seriedade e capacitação técnica profissional do trabalho uma maior confiabilidade por parte de toda a sociedade local – jurídica e comunidade em geral – nesta modalidade de sanção como instrumentos eficazes de resolução de conflitos e pacificação social.

À CEAPA cumpre acompanhar o cumprimento das penas e medidas alternativas aplicadas pelos órgãos judiciais vinculados, através do atendimento psicossocial e jurídico dos cumpridores encaminhados para acompanhamento, encaminhando-os às instituições da Rede Social parceira e monitorando-os durante toda a pena ou medida aplicada - prestação de serviços à comunidade (PSC) ou prestação pecuniária (PP), ou mesmo nos comparecimentos periódicos para informações decorrentes de *sursis*.

A situação do cumprimento da pena ou medida é mensalmente encaminhada ao órgão judicial responsável, bem como o aviso de cumprimento total, descumprimento ou cumprimento irregular da pena ou medida. Nos processos de execução da VEPMA – Vara de Execuções de

Penas e Medidas Alternativas, há sempre parecer prévio (psicossocial e jurídico) e presença da CEAPA nas audiências admonitórias.

A CEAPA atua ainda com o monitoramento e aprimoramento das ações da Rede Social, além de sua expansão e diversificação, e em atividades de fomento à política de penas e medidas alternativas.

RECORTE HISTÓRICO

A CEAPA, Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, inaugurada em 05/02/2002, iniciou suas ações mediante parceria firmada entre o Ministério da Justiça com a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia, através de convênio firmado com o Conselho Arbitral da Bahia, que garantiu sua implantação e funcionamento até 31/07/2002.

Em 06 de setembro de 2007 foi publicada a Lei 10.693 de 05 de setembro de 2007, criando a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas da Bahia na estrutura da Superintendência de Assuntos Penais da SJCDH, o que representou a confirmação da política pública de penas e medidas alternativas no Estado.

Através da Lei nº 11.042 de 09/05/2008 a estrutura de acompanhamento da CEAPA foi ampliada para mais 10 Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, nas cidades-pólo de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Ipirá, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista, com abrangência dos 173 municípios dos Territórios de Identidade que integram.

DIAS ATUAIS

Nesta Nota Técnica trazemos atualizações sobre o funcionamento dos Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas dos municípios previstos na lei, demonstrando dados quantitativos que apontam para um crescimento no número de atendimentos o que demonstra a aceitação dos operadores do Direito e das instituições que da Sociedade Civil Organizada envolvida na execução das penas restritivas de direito.

A opção do Governo do Estado da Bahia pelo investimento no incentivo à aplicação de penas alternativas resulta, principalmente, da verificação de resultados positivos obtidos na história da Central, a sua inclusão enquanto Ação Prioritária reafirma o reconhecimento da importância jurídica e social desta política.

A partir dos índices alcançados e de todo aspecto qualitativo da aplicação que pode ser verificado nos dados mensalmente organizados pela CEAPA e da necessidade de ampliação da atuação dos Núcleos, identificamos a necessidade de implantação de mais 10 novos núcleos no interior do Estado, nas seguintes cidades-pólo: Senhor do Bonfim, Seabra, Cachoeira, Serrinha, Paulo Afonso, Alagoinhas, Macaúbas, Itapetinga, Irecê e Guanambi.

CEAPA – Salvador

Inaugurado em 05/02/2002

Espaço físico: estrutura SJCDH

Entidades cadastradas à Rede Social: 196

Cumpridores atendidos desde criação: 7.970

Cumpridores em efetivo acompanhamento: 1.248

NÚCLEO DE IPIRÁ

Inaugurado em 17/07/2008

Espaço físico: Parceria com Prefeitura Municipal de Ipirá

Entidades cadastradas à Rede Social: 28

Cumpridores atendidos desde criação: 259

Cumpridores em efetivo acompanhamento: 55

NÚCLEO DE JEQUIÉ

Inaugurado em 30/07/2008

Espaço físico: Parceria com Prefeitura Municipal de Jequié

Entidades cadastradas à Rede Social: 36

Cumpridores atendidos desde criação: 358

Cumpridores em efetivo acompanhamento: 83

NÚCLEO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Inaugurado em 17/09/2008

Espaço físico: Parceria com Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

Entidades cadastradas à Rede Social: 35

Cumpridores atendidos desde criação: 171

Cumpridores em efetivo acompanhamento: 72

NÚCLEO DE ILHÉUS

Inaugurado em 21/11/2008

Espaço físico: Imóvel alugado com recursos Fonte 31 – Convênio 009/2008 SJCDH/DEPEN

Entidades cadastradas à Rede Social: 48

Cumpridores atendidos desde criação: 388

Cumpridores em efetivo acompanhamento: 195

NÚCLEO DE VALENÇA

Inaugurado em 29/04/2009

Espaço físico: Parceria com Prefeitura Municipal de Valença

Entidades cadastradas à Rede Social: 44

Cumpridores atendidos desde criação: 276

Cumpridores em efetivo acompanhamento: 53

NÚCLEO DE JUAZEIRO

Inaugurado em 22/03/2010

Espaço físico: Parceria com Prefeitura Municipal de Juazeiro

Entidades cadastradas à Rede Social: 28

Cumpridores atendidos desde criação: 90

Cumpridores em efetivo acompanhamento: 44

NÚCLEO DE TEIXEIRA DE FREITAS

Inaugurado em 26/03/2010

Espaço físico: Parceria com TJ

Entidades cadastradas à Rede Social: 33

Cumpridores atendidos desde criação: 254

Cumpridores em efetivo acompanhamento: 183

NÚCLEO DE BARREIRAS

Inaugurado em 24/02/2011

Espaço físico: Imóvel alugado com recursos Fonte 00 - SJCDH

Entidades cadastradas à Rede Social: 11

Cumpridores atendidos desde criação: 00

Cumpridores em efetivo acompanhamento: 00

NÚCLEO DE FEIRA DE SANTANA

Previsão de inauguração: junho/2011.

NÚCLEO DE BOM JESUS DA LAPA

Previsão de inauguração: junho/2011.

É preciso relatar que com a criação dos Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas as atribuições da CEAPA aumentaram consideravelmente, pois, a expertise da equipe que participou da criação da Central enquanto ainda era um projeto, vem sendo replicada e os Núcleos trabalham no mesmo formato de atendimento especializado, multidisciplinar e individualizado dos cumpridores.

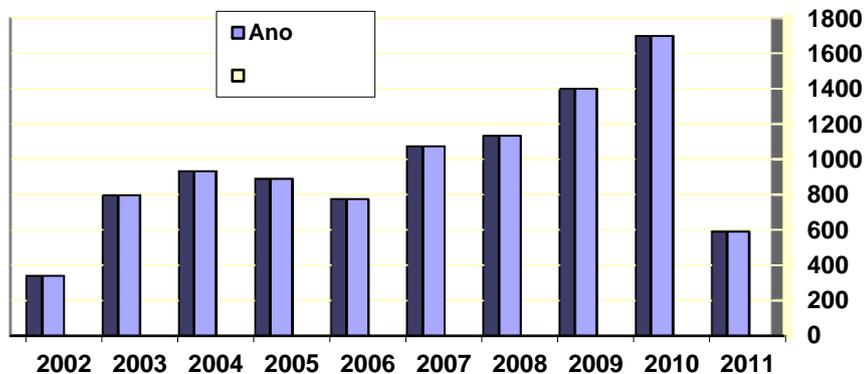
As ferramentas utilizadas em nosso trabalho promovem a articulação das ações de maneira organizada, numa logística que envolve os cumpridores, técnicos da área de serviço social, psicologia e direito, operadores de direito do judiciário, ministério público, defensoria e sociedade civil organizada, dando credibilidade a esta Política Pública que promove a

punibilização proporcional e responsável e concomitantemente reconhece os indivíduos enquanto sujeitos de direitos.

Apesar do volume de trabalho e responsabilidades terem aumentado exponencialmente, a equipe da Central mantém o mesmo número de profissionais desde a sua criação, o que dificulta que possamos assumir a gestão de novas estruturas de acompanhamento sem um incremento neste quadro, sob pena de realizarmos um trabalho superficial e destoante da proposta de efetividade peculiar a esta CEAPA.

Sendo assim, aceitamos a motivação do nobre promotor Dr. Geder Gomes, no que trata pensarmos possibilidades de ampliação desta política, já que acreditamos que o modelo de justiça humanizada será importante para qualquer município em que for implantado, no entanto, precisamos estar atentos as novas demandas que surgirão para esta coordenação.

▪ **GRÁFICO – DADOS GERAIS** – Referência 05/02/2002 a 30/04/2011



ANO	NÚMEROS
2002	370
2003	798
2004	934
2005	891
2006	776
2007	1.075
2008	1.132
2009	1.481
2010	1.716
2011	593

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES DOS 10 NOVOS NÚCLEOS

As ações ocorrerão inicialmente nas cidades pólo de Senhor do Bonfim, Seabra, Cachoeira, Serrinha, Paulo Afonso, Alagoinhas, Macaúbas, Itapetinga, Irecê e Guanambi com expansão para as demais cidades integrantes dos respectivos Territórios de Identidade:

Território Piemonte Norte do Itapirucu:

Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim.

Sugestão de Sede: Senhor do Bomfim

Território Chapada Diamantina:

Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner.

Sugestão de Sede: Seabra

Território Recôncavo:

Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.

Sugestão de Sede: Cruz das Almas

Território Sisal:

Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

Sugestão de Sede: Serrinha

Território Itaparica:

Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas.

Sugestão de Sede: Paulo Afonso

Território Agreste de Alagoinhas/Litoral:

Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, Sátiro Dias.

Sugestão de Sede: Alagoinhas

Território Bacia do Paramirim:

Boquira, Botuporã., Caturama Erico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo.

Sugestão de Sede: Macaúbas

Território Itapetinga:

Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiguará, Santa Cruz da Vitória.

Sugestão de Sede: Itapetinga

Território Irecê:

América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourada, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-xique.

Sugestão de Sede: Irecê**Território Sertão Produtivo:**

Brumado, Cauculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas do Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi.

Sugestão de Sede: Guanambi**JUSTIFICATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DE 10 NOVOS NÚCLEOS:**

Hoje o acompanhamento das penas e medidas alternativas na Bahia é uma realidade que vem sendo fomentada gradativamente, nas varas e juzgados parceiros, nas estruturas da CEAPA e dos Núcleos, nos espaços acadêmicos e principalmente nas instituições das diversas comunidades onde os sentenciados cumprem a prestação de serviço à comunidade e/ou a prestação pecuniária.

A opção do Governo do Estado da Bahia pelo investimento no incentivo à aplicação de penas alternativas resulta, principalmente, da verificação de dados positivos obtidos ao longo da existência da Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – CEAPA, que através da Lei 11.042/2008, iniciou o processo de interiorização do acompanhamento às penas e medidas alternativas, resultando na construção de um verdadeiro sistema de penas e medidas alternativas.

Para a escolha dos municípios elencados para sede dos novos Núcleos, levou-se em consideração algumas características, tal qual o número de habitantes, renda per capita, representatividade dentro do território de identidade, existência de varas e juizados criminais para parcerias, existência de estrutura de presídio no município ou nas proximidades para fornecer suporte quando necessário, bem como um número importante de entidades sem fins lucrativos que poderão compor a futura Rede Social que receberá os cumpridores.

Multiplicar a ação de uma Política Pública que vendo surtindo efeitos positivos, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, certamente promoverá uma cultura de paz, de envolvimento da população no controle social das ações e na participação no sistema de execução penal.

Com a criação de mais 10 novos Núcleos, quase a totalidade do território baiano será abrangido pela estrutura de acompanhamento às penas alternativas. Desta forma, atenderá a diversidade entre as regiões, com respeito às suas especificidades e problemas relacionados à criminalidade.

Atenciosamente,

Andréa Mércia de Araújo
Coordenadora
CEAPA/SAP/SJCDH

Geder Gomes
Promotor de Justiça -BA
Coordenador do CEOSP

REUNIÕES DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA – CISP

De acordo com o art. 6º do ato nº 122/2011 – PGJ, que dispõe sobre a criação do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP, compete a este exercer as funções de Secretaria Executiva, cabendo-lhe o apoio técnico e administrativo do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública-CISP.

DEMANDAS E AÇÕES DO CISP - CEOSP

- 1 – **DEMANDA:** Estruturação da Secretaria Executiva do CISP;
 - **AÇÃO:** Estruturação do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social, como Secretaria Executiva do CISP, com base no art. 6º, do ato nº 122/2011 – PGJ, dotado de equipe composta por 02 Promotores de Justiça, sendo 01 coordenador; 03 servidores da área administrativa, 01 Psicóloga, 01 Assistente Social (*) e 03 estagiários, localizada no 1º andar, sala nº 129, da Sede do MP/BA no CAB, cujos contatos são: Tel: 3103-0381, Fax: 3103-0382, ou e-mail: ceosp@mp.ba.gov.br
- 2 – **DEMANDA:** Aproximação entre o Pacto pela Vida e o Antigo Projeto Viva Nordeste;

- AÇÃO: Articulação para apresentação, na Câmara Setorial de articulação entre os Poderes, do Projeto Justiça Comunitária, pelo Dr. Anderson Cerqueira, ocorrida em junho de 2011;

3 – **DEMANDA:** Análise do projeto do curso de capacitação dos envolvidos na Segurança Pública a ser realizada na UNEB;

- AÇÃO: Articulação do CEOSP/CISP visando a construção das bases para um curso de Especialização em Segurança Pública, em convênio com a UNEB, com a realização de reuniões de trabalho nos meses de junho e julho de 2011 e exposição do projeto na Câmara Setorial de articulação entre os Poderes (AGENDA BAHIA), com aprovação respectiva, ocorrida no dia 18/08/2011;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PPG

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA
PÚBLICA

SALVADOR – BAHIA

AGOSTO / 2011

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Título – ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

1.2. Código e área do conhecimento segundo tabela CNPq:

1.3. Proponente –

1.4. Local de Execução – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

1.5. Unidades envolvidas: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos, Prefeitura Municipal de Salvador.

1.6. Coordenação: Moacyr Pitta Lima Filho, Especialista em Ciências Criminais, Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Juiz de Direito.

1.7. Contatos: Tel. 88466137. Email: moacyrpitalima@terra.com.br

1.8. Carga horária: 360 horas

1.9. Número de vagas: 60 divididas em duas turmas

1.10. Cronograma: Inscrição: 1 a 17 de junho

Seleção: 4 a 8 de julho

Matrícula: 12 a 15 de julho

Período de realização: Agosto de 2001 a dezembro de 2012

1.11. Público Alvo: Profissionais dos diversos órgãos e instituições responsáveis pela elaboração, implementação e gestão de políticas públicas nesta área de segurança pública no Estado da Bahia.

1.12. Critérios de seleção: Indicação das instituições conveniadas.

1.13. Modalidade de financiamento: As diversas instituições

conveniadas arcarão com os custos referentes aos profissionais por ela indicados.

1.14. Corpo docente:

2. Estrutura:

2.1. Justificativa: A violência urbana e a insegurança na vida cotidiana dos cidadãos são realidades inquestionáveis, porém de difícil resolutividade considerando os múltiplos fatores determinantes. Nesse contexto de acentuada complexidade social, constata-se a relevância de se estabelecer políticas públicas de segurança pautadas em diagnósticos qualificados do problema e caracterizadas pela proposição de ações que consideram o aspecto multicausal deste fenômeno.

Diante desse quadro, é imprescindível qualificar de maneira sofisticada os atores que serão responsáveis pela elaboração, implementação e gestão de políticas públicas nesta área que, tradicionalmente, tem sido marcada pelo amadorismo e pelas “soluções” de ocasião, sem guardar, muitas vezes, embasamento científico e metodológico para a tomada de decisão.

Assim, a implementação de curso de especialização em segurança pública se mostra não só oportuna como fundamental para contribuir de forma científica para o enfrentamento dessa realidade social.

2.2. Objetivo geral: oferecer conteúdos teórico-conceituais e metodológicos aos profissionais, aprimorando seu desempenho a partir de uma atuação mais crítica, reflexiva e criativa nos seus ambientes de prática profissional.

2.3. Objetivos específicos:

- dotar esses profissionais dos instrumentos e procedimentos que os habilitem a aprimorarem-se, permanentemente, com o conhecimento científico em contínua mudança e atualização.
- a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias, bem como a capacitação para aplicar os mesmos, tendo como foco a gestão, a produção técnico-científica na pesquisa aplicada e a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a solução de problemas, específicos.
- Promover uma maior integração entre os diversos profissionais que atuam na área de segurança pública, propiciando uma enriquecedora troca de experiências.
- Qualificar os diversos profissionais de segurança objetivando melhor prepará-los para a copa do mundo de 2014.

2.4. Metodologia: O curso de especialização se realizará de forma presencial, a partir de agosto de 2011, com encontros quinzenais, às sextas-feiras, período matutino e vespertino, compreendendo uma carga horária mensal de 18 h/a, na qual o docente lançará mão de recursos audiovisuais, textos, bibliografias, internet, seminários, trabalhos em grupo, etc.

Todas as aulas serão gravadas visando possibilitar posteriormente a qualificação de maior número de profissionais de todo o estado, através da modalidade de ensino à distância.

Ao término do curso, o discente deverá apresentar Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, mediante orientação metodológica,

seguindo as linhas de pesquisa dos temas previamente propostos, na forma de monografia.

2.5. Avaliação:

A avaliação é parte integrante do processo de formação do aluno, de modo a regular as ações e certificar a sua formação. O que se pretende avaliar não é só o conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-los e de estabelecer relações para realizar o que é proposto.

A avaliação se dará por módulo atendendo aos instrumentos de avaliação, previamente estabelecidos por cada professor, atribuindo-se conceitos de zero a dez, sendo considerado, para aprovação, conceito igual ou superior a sete.

A avaliação final se dará com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, que deverá ser precedida de anteprojeto. O prazo máximo para entrega do TCC será de 90 dias após o encerramento da última disciplina lecionada no curso.

A frequência é obrigatória por força de lei, devendo o discente, para ser considerado aprovado, atingir o índice mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

Considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver conjuntamente:

- a) 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no módulo;
- b) Média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete), por módulo;
 - Apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso-TCC com obtenção de nota igual ou superior a 7,0 (sete).

2.6. Recursos:

2.6.1 - Humanos

Supervisor Pedagógico 1 (um) - Supervisão

Servidores 2 (dois) - Apoio

2.6.2 - Materiais

Os recursos materiais necessários serão fornecidos pela Universidade do Estado da Bahia.

3. QUADRO DE DISCIPLINAS

Módulo	Disciplina	CH (h/a)	Docente (com titulação à frente do nome)	IES	Período de Execução
1	CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	36			
2	SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA	36			
3	GESTÃO DO CONHECIMENTO, DA INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	36			
4	SISTEMAS DE SEGURANÇA	36			

	PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL				
5	MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, REPRESENTAÇÕES E PERCEPÇÕES DE SEGURANÇA	18			
6	POLÍCIA COMUNITÁRIA	36			
7	GESTÃO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	18			
8	COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	36			
9	MODERNAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL	36			
10	SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS	36			
11	METODOLOGIA DA PESQUISA E TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC	36			

4 – DEMANDA: Projeto - Núcleo de Prisão em Flagrante;

- Constante articulação do Ceosp com as entidades envolvidas para criação, implementação e funcionamento do Núcleo de Prisão em Flagrante, nas dependências da Cadeia Pública, no Complexo Penitenciário da Mata Escura;

Núcleo de Prisão em Flagrante reduzirá superlotação em delegacias



O ajuste final de um Termo de Cooperação Técnica que irá regulamentar a criação do Núcleo de Prisão em Flagrante, órgão cuja atuação poderá minimizar a situação atual de superlotação das delegacias de Salvador, foi feito no fim da tarde de ontem, dia 5, durante reunião promovida no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça com os chefes e integrantes do Ministério Público estadual, Defensoria Pública e secretarias de Segurança Pública (SSP) e de Justiça Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH). O Núcleo, que irá funcionar dentro do

Complexo Penitenciário da Mata Escura, na Cadeia Pública de Salvador, terá por objetivo proporcionar maior agilidade na análise dos autos de prisão em flagrante, uma atuação que, segundo o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, deverá garantir a racionalização da avaliação do Judiciário e dos demais órgãos e instituições essenciais à prestação jurisdicional, bem como permitir um controle jurisdicional efetivo desses autos de prisão de modo a retirar o excedente de presos provisórios das delegacias. "Iremos atacar a porta de entrada da superlotação carcerária", resumiu o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes.

Para o procurador-geral de Justiça, outra possibilidade que a atuação do Núcleo traz é a de que os policiais que se encontram hoje na posição de vigilância das carceragens fiquem liberados para o efetivo exercício das suas atividades de investigação, "algo que aumenta indiscutivelmente o grau de elucidação e resolutividade dos delitos da alçada da Polícia Judiciária". Ele ressaltou que o termo, que será assinado pelo MP, TJ, Defensoria, OAB, SSP e SJCDH, na próxima sexta-feira (8), como primeira das atividades de continuidade da Agenda Bahia, "institui um mecanismo de ação importante que retira a Bahia de uma posição desfavorável nesse particular e a coloca numa posição pioneira em toda a federação, fazendo com que o gargalo da superlotação das cadeias seja superado". A parceria, complementou a presidente do TJ, "fortalecerá as ações, que, ao longo do ano, repercutirão positivamente nas delegacias".



Conforme explicou Geder Gomes, a partir da criação do Núcleo, a permanência de presos em flagrante, por longo período, nas delegacias já não será possível. O cidadão que assim for preso deverá ser encaminhado com o auto em flagrante para o Núcleo, onde será avaliada a necessidade de

manutenção da prisão, informou Geder Gomes, acrescentando que, se a prisão for confirmada, o preso já ficará na cadeia pública, o que evitará o principal problema hoje enfrentado nas delegacias. A ação evitará também que muitos fiquem presos quando poderiam ser liberados de imediato, porque será avaliado o cabimento de fiança, liberdade provisória ou relaxamento da prisão. Ainda segundo o coordenador do Ceosp, no próximo dia 11, o MP, TJ e Defensoria darão início a um mutirão que fará um levantamento dos presos provisórios da Cadeia Pública e do Presídio Salvador para reavaliar os pedidos de prisão e reanalisar os processos necessários. A perspectiva, informou ele, é que no dia 30 de junho o trabalho seja concluído e mais vagas sejam garantidas na cadeia, de modo que, no dia 1º de julho, o Núcleo de Prisão em Flagrante possa iniciar sua atuação. Também participaram da reunião, o secretário de Segurança Pública, Maurício Telles; o chefe de gabinete da SJCDH, Aldovandro Modesto Chaves; os promotores de Justiça Cristiano Chaves, Antônio Luciano Assis e Davi Gallo; o juiz assessor da Presidência do TJ, Ricardo Schmitt; o juiz Cláudio Daltró; a defensora pública-geral, Maria Célia Padilha; o delegado-geral, Hélio Jorge Paixão, e o Adjunto, Bernardino Brito Filho.

- **AÇÃO:** Assinatura do Termo de Compromisso entre as instituições parceiras (TJ/BA, MP/BA, SEAP/BA, DPE/BA, OAB/BA, SSP/BA, SJCDH/BA) ocorrida no dia 08/04/2011

Sistemas de Justiça e Segurança unidos para combate à criminalidade e Superlotação carcerária



Instituído hoje (8) como primeira das atividades de continuação da 'Agenda Bahia', o primeiro Núcleo de Prisão em Flagrante do estado da Bahia deverá "atacar" o problema da superlotação carcerária. Sua criação foi formalizada na manhã desta sexta-feira, com a assinatura de um Convênio de Cooperação Técnica pelo Governo do Estado, Ministério Público estadual, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública, instituições que, em

colaboração mútua, buscarão imprimir agilidade à análise dos autos das prisões em flagrante ocorridas na Capital e Região Metropolitana. A política de aperfeiçoamento do sistema de segurança, com iniciativas que visam a redução da violência e da criminalidade, foi eleita, neste ano de 2011, como tema central da 'Agenda Bahia', um instrumento criado pelos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, com o apoio do MP, Defensoria e OAB, que prevê a união de esforços para o desenvolvimento do estado, e que apresentou na reunião de hoje o programa 'Pacto Pela Vida'.

Na reunião com o governador Jaques Wagner, que destacou a importância do Núcleo no sentido de que "não se pode permitir a permanência, nas delegacias, daqueles que não devem estar lá"; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo; a presidente do TJ, desembargadora Telma Britto; os secretários de Segurança Pública, Maurício Telles, e de Justiça e Cidadania, Almiro Senna; a defensora pública-geral, Maria Célia Padilha; o promotor de Justiça Geder Gomes; o presidente da OAB, Saul Quadros, entre outras autoridades, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva destacou que as iniciativas "são um importante passo na consolidação de uma política de

segurança pública no estado da Bahia de modo que a presença e a contribuição dos poderes Judiciário e Legislativo, bem como do Ministério Público, asseguram o status de ação de Estado, que deve também incorporar a sociedade civil, que se fez presente através da OAB". Segundo ele, "o Ministério Público, com forte e tradicional atuação na área criminal, não poderia ficar alheio a um problema que aflige a toda a coletividade baiana e brasileira nos dias atuais, e, para tanto, vem atuando com destacado papel nas proposições e no acompanhamento de todas as medidas repercutivas na área da defesa social, que é hoje talvez o motivo de maior preocupação da população brasileira". O 'Pacto pela Vida', complementou Wellington César, "promoveu em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco significativa melhoria nos índices de criminalidade, sendo que, no caso do nosso estado vizinho (PE), superou até mesmo os índices obtidos em cidades como Bogotá, na Colômbia, e Nova York, nos Estados Unidos, como seu programa 'Tolerância Zero'".

O programa 'Pacto pela Vida' tem como meta principal a garantia do direito à vida. Ele é dirigido por uma Câmara de Gestão, que é composta por um comitê executivo e câmaras setoriais. Na reunião de hoje, foi criada ainda a Câmara Setorial de Articulação dos Poderes, que tem como intervenientes o MP, a Defensoria e a OAB, e objetiva promover maior integração entre os participantes e dar mais agilidade aos procedimentos. Já o Núcleo de Prisão em Flagrante prevê a criação de grupos interinstitucionais de análise estratégica que desenvolverão ações que possam subsidiar as diretrizes da sua instituição e funcionamento. A partir da sua criação, a permanência de presos em flagrante, por longo período, nas delegacias já não será possível. O cidadão que assim for preso deverá ser encaminhado com o auto em flagrante para o Núcleo, onde será avaliada a necessidade de manutenção da prisão, informou o promotor de Justiça Geder Gomes, acrescentando que, se a prisão for confirmada, o preso já ficará na cadeia pública, o que evitará o principal problema hoje enfrentado nas delegacias. A ação evitará também que muitos fiquem presos quando poderiam ser liberados de imediato, porque será avaliado o cabimento de pagamento de fiança, liberdade provisória ou relaxamento da prisão. Ainda segundo o promotor de Justiça que coordena o Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), no próximo dia 11, o MP, TJ e Defensoria darão início a um mutirão que fará um levantamento dos presos provisórios da Cadeia Pública e do Presídio Salvador para reavaliar os pedidos de prisão e reanalisar os processos necessários. A perspectiva, informou ele, é que no dia 30 de junho o trabalho seja concluído e mais vagas sejam garantidas na cadeia. No dia 1º de julho, quando a resolução que está sendo elaborada pelo Ceosp, TJ e Defensoria, já deverá ter sido apreciada pelo Tribunal Pleno do TJ e o Núcleo criado no âmbito do Judiciário, as atividades devem ser iniciadas.

5 – DEMANDA: Presença da Defensoria Pública nas Bases Comunitárias de Segurança;

- **AÇÃO:** Contatos do CEOSP com a Defensoria Pública (Dra. Maria Célia Padilha), durante o mês de julho-2011, visando à efetivação da presença daquela instituição na comunidade do Calabar e Alto das Pombas;

Ação Cidadã Sou Pai Responsável: Defensoria realiza Diálogos de Família no Calabar e Alto das Pombas

Quarta, 10 de Agosto de 2011, 11h02 - última atualização: 10/08/2011 12:59
Por Ascom/ DPE

Homens e mulheres, moradores das comunidades do Calabar e Alto das Pombas receberão neste sábado (13) a visita da Defensoria Pública do Estado, que por ocasião do Dia dos Pais (domingo, 14), realizará o **I Ciclo de Diálogos de Família**, ciclo de conversa com pais e mães sobre seus direitos e deveres no âmbito familiar e responsabilidades quanto aos seus filhos. Durante toda a **manhã, de 9 às 13h**, o Diálogo acontecerá na **Escola Aberta do Calabar e na Escola Municipal Nossa Srª de Fátima, final de linha de Alto das Pombas e terá também apresentações culturais da própria comunidade.**

Com os temas *Responsabilidade e Direitos - A Família para além da lei e O direito da criança e do adolescente na família moderna*, defensores públicos da Infância, Direitos Humanos e de Família darão orientações jurídicas e familiares aos moradores sobre assuntos ligados ao Direito de Família, como reconhecimento de paternidade, pensão alimentícia, divórcio e separação, alienação parental, além de abordarem direitos das crianças e dos jovens, como educação, saúde e lazer. O objetivo é educar pais e mães quanto às suas funções e direitos na família, em especial, no tocante à maternidade e paternidade responsável.

Defensores públicos de outras áreas também estarão presentes na comunidade para orientações quanto a questões de Consumidor (cobranças indevidas, dívidas), Penal (cumprimento de penas), Criminal (delitos, prisões e abordagens), Cível (fundário, usucapião, documentos), Idoso (agressões, abandono, saúde, transporte) e outras áreas. Para mais informações da atividade, a população pode ligar gratuitamente para o Disque Defensoria 129 (de telefone fixo).

- **Ação Cidadã - Sou Pai Responsável**
- **I Ciclo de Diálogos de Família:** orientação jurídica e familiar
- **Local:** Escola Aberta do Calabar e Escola Municipal Nossa Srª de Fátima, final de linha de Alto das Pombas. **Horário:** de 9 às 13h (simultâneo), aberto à comunidade.

6 – DEMANDA: Troca de experiências com órgãos congêneres visitas interestaduais;

- **AÇÃO:** Articulação conjunta para visitação, com delegação do Estado, composta por Secretários de Estado, Defensoria Pública Geral, representantes do MP/BA, TJ/BA e Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, ao Fórum Criminal de Barra Funda/SP, para conhecer o funcionamento do sistema de fluxo de presos para audiências, bem como videoaudiências, ocorrida em 28/07/2011;

27/07/2011 16:53:19 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Representantes do sistema de justiça da Bahia conhecerão experiências positivas do sistema paulista

Representantes dos órgãos que compõem a Câmara Setorial de Articulação do Sistema de Justiça, instituída no âmbito do projeto "Agenda Bahia", farão visita institucional ao estado de São Paulo amanhã (28) e na próxima sexta-feira (29). Na capital paulista, eles conhecerão as instalações e o funcionamento do Fórum Criminal da Barra Funda, que, segundo o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) do Ministério Público do Estado da Bahia, promotor de Justiça Geder Gomes, deverá servir de modelo para o projeto que será desenvolvido na Bahia, principalmente no aspecto da condução e abrigamento dos presos durante as audiências.



Por sugestão do MP, os integrantes da Câmara Setorial também visitarão a Secretaria de Administração Penitenciária e Reintegração Social, onde serão recebidos pelo secretário Lourival Gomes, que lhes apresentará o programa de monitoramento eletrônico dos presos, desenvolvido e implantado em São Paulo há quase um ano. Segundo Geder Gomes, a intenção é conhecer o projeto e a experiência advinda da implantação dele, de forma que a Bahia possa melhor formatar o programa que já está sendo planejado. O promotor de Justiça, que representa o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva na Câmara; os secretários de Segurança Pública, Maurício Telles; de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; de Justiça e Direitos Humanos, Almiro Senna; e de Relações Internacionais, Fernando Schmidt; a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Telma Brito; e a defensora pública-geral, Maria Célia Padilha, também participarão de reunião com o coordenador da área de Reintegração Social, Mauro Bittencourt, que discorrerá sobre projetos desenvolvidos nessa área para presos e egressos do sistema prisional. Os representantes da Bahia conhecerão ainda o "Programa Pró-egresso", que visa a reinserção do indivíduo que saiu do cárcere na sociedade, e as centrais de atendimento que auxiliam tanto o egresso quanto a sua família.

As visitas foram deliberadas em junho último durante reunião da Câmara, que debateu a operacionalização da escolta e transporte de presos, procedimentos relacionados com a atenção aos presos e egressos passíveis de melhoria, entre outros temas. O "Agenda Bahia" é um projeto criado pelos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, com o apoio do MP, Defensoria e OAB, com vistas à união de esforços para o desenvolvimento do estado, sendo a Câmara um dos seus instrumentos de articulação, que objetiva promover maior integração entre os participantes e dar mais agilidade aos procedimentos na área de segurança.

7 – DEMANDA: Apreensão de experiências com órgãos/visitas interestaduais;

- **AÇÃO:** Articulação conjunta para visitação, com delegação do Estado, composta por Secretários de Estado, Defensoria Pública Geral, representantes do MP/BA, TJ/BA e Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo- SAP, para conhecer o funcionamento do monitoramento eletrônico de presos e da área de reintegração de condenados, ocorrida em 29/07/2011;

8 – DEMANDA (CISP): Articulação com o Sistema Penitenciário;

- **AÇÃO:** Articulação junto ao TJ/BA, DPE/BA, Secretarias de Estado e CNJ para implantação do Programa de Assistência às Pessoas com Transtornos Mentais em conflito com a lei penal.

9 – DEMANDA (CISP): Solicitação ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia para a criação de um núcleo de gestão da informação, com capacidade para agregar informações relevantes para o exercício da atividade jurisdicional, com o controle de dados relevantes na área da segurança pública;

- **AÇÃO:** Ofício nº 025/2011, expedido pela Secretaria Executiva do CISP, aguardando resposta;

10 – DEMANDA (CISP): Solicitação à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia, para a criação e implementação, no âmbito daquela Secretaria, de um núcleo de inteligência do sistema prisional para facilitar o relacionamento com os órgãos de segurança pública e o acesso aos dados de presos em condição de liberdade e outras situações relativas à execução penal;

- AÇÃO: Ofício nº 024/2011, expedido pela Secretaria Executiva do CISP, aguardando resposta;

11 – DEMANDA (CISP): Solicitação à AGERBA e ANTT de informações sobre a disciplina legal de controle dos passageiros do sistema de transporte rodoviário das linhas regulares no estado da Bahia, e a viabilidade de se construir uma base de dados com tais informações.

- AÇÃO: Ofícios nº 021 e 022/2011, expedidos pela Secretaria Executiva do CISP, aguardando resposta.

12 – DEMANDA (CISP): Solicitação à INFRAERO de informações sobre a disciplina legal dos registros de passageiros em voos domésticos e sobre a possibilidade de compartilhamento (controlado) da respectiva base de dados com órgãos da área de segurança pública.

- **AÇÃO:** Ofício nº 023/2011, expedido pela Secretaria Executiva do CISP, aguardando resposta.

13 – DEMANDA (CISP): Criação de uma comissão temática, no âmbito do CISP, composta por representantes do MP/BA, TJ/BA, DPE/BA e SSP/BA, **que ficará responsável por elaborar um diagnóstico e apresentar propostas sobre a situação dos homicídios no Estado da Bahia**, cuja primeira reunião aconteceu em 25/08/2011; a segunda aconteceu em 30/08/2011, e a terceira em 06/09/2011.

- **AÇÃO: 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA** - Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões do CEOSP, reuniram-se, Dra. Mônica Barroso Costa, Promotora de Justiça; Dra. Isabel Adelaide, Promotora de Justiça; Dr. Gustavo Vieira, Defensor Público; Dr. Moacyr Pitta Lima Filho, Juiz de Direito; Dra. Emília Blanco, Chefe de Gabinete da SSP/BA, para tratar do seguinte tema: Formular documento contendo propostas objetivas de reestruturação das Varas do Júri, contratação de Defensores Públicos, além de elaborar um diagnóstico e apresentar propostas sobre a situação dos homicídios no Estado da Bahia.

14 – DEMANDA: Estabelecer parcerias com instituições (CNJ, TJ/BA, DPE/BA, Secretarias de Estado e Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde do Estado da Bahia) para elaboração de política de assistência integral ao portador de transtorno mental em conflito com a lei penal, atendendo aos postulados da lei de reforma psiquiátrica, lei nº 10.216/2001.

AÇÃO: Articulação com as Instituições (CNJ, TJ/BA, DPE/BA, Secretarias de Estado e Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde do Estado da Bahia), visando a celebração de Termo de Cooperação Técnica para elaboração de política de assistência integral ao portador de transtorno mental.

Medida de Segurança: termo de assistência a infratores será assinado em agosto

Sex, 15 de Julho de 2011 16:11



O termo de cooperação técnica que cria o núcleo permanente de assistência integral para infratores com insanidade mental, cumprindo medidas de segurança, será assinado no próximo 16 de agosto.

A decisão foi tomada na manhã desta sexta-feira (15/7), durante reunião que ocorreu na sala de Convívio do prédio Anexo do Tribunal Justiça, com a presença da assessora da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), juíza-auxiliar Tatiana Freitas (**ao centro**), juízes do Tribunal de Justiça, secretários de Estado, além de representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A redação final apenas será conhecida após a análise de sugestões, que deverão ser encaminhadas ao CNJ até o dia 30 de julho.

O objetivo é cumprir a Lei Antimanicomial, n.º 10.216, de 2001, e a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça, aprovada em sessão plenária no último dia 5 de julho, textos que compõem a nova política no tratamento dos pacientes judiciários, isto é, pessoas com deficiência mental sujeitas à aplicação das medidas de segurança.

O núcleo será composto de cinco equipes com psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e bacharéis em Direito.

Com a missão de promover assistência aos infratores, em todos os momentos do processo, os grupos terão unidades móveis que se deslocarão por todo o Estado.

Participaram do encontro a juíza Andremara dos Santos, titular da Vara de Execuções Penais e presidente do Grupo de Monitoramento, Fiscalização e Acompanhamento do Sistema Carcerário da Bahia (GMF Bahia); o secretário estadual de Administração Prisional e Ressocialização (Seap); Nestor Duarte, o secretário de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), Jorge Solla; o chefe de gabinete da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Saeb), representando o secretário Manoel Vitorino, Edelvino Góes; o promotor Gedder Gomes; além de representantes da Defensoria Pública, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes) e do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

- **AÇÃO: Reunião Extraordinária do CISP em 01/09/2011**, - Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e do Programa de Assistência Integral às Pessoas com Transtornos Mentais (CNJ, TJ/BA, MP/BA, DPE/BA, Secretarias de Estado e Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde do Estado da Bahia).

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

01/09/2011 18:05:40 Redatora: Maiama Cardoso MTb\BA - 2335

No evento, em que "diversas instituições se deram as mãos para resolver problemas sociais", como frisou Eliana Calmon, o PGJ assinou com o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, do CNJ, Luciano Losekan, e chefes do Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e secretarias de Estado, um termo de cooperação para implantação do 'Programa de Assistência às Pessoas com Transtornos Mentais' na Bahia. Por meio dele, serão aprimorados os meios necessários a uma efetiva e adequada execução das medidas de segurança, de forma a atender uma política anti-manicomial. Este é um projeto de humanização da Justiça, salientou o PGJ, sinalizando que agora as instituições ganham possibilidade de oferecer o seu melhor. Ladeado pela ministra Eliana Calmon; procurador-geral de Justiça Adjunto, José Gomes Brito; presidente do Tribunal de Justiça, Telma Brito; procurador-chefe da Procuradoria da República na Bahia, Wilson Rocha Neto; defensora pública-geral, Maria Célia Padilha; e secretários de Administração Penitenciária, Nestor Duarte, e de Relações Internacionais, Fernando Schmidt, Wellington César destacou que as assinaturas se concretizam em uma ambiência de interlocução que se aprofundará, e que a simbologia das assinaturas não se esgotará nelas, pois, neste momento, inaugura-se e também se renova o propósito da convivência permanente e do esforço contínuo em prol da justiça criminal.



15 – **DEMANDA:** Estabelecer parcerias com instituições, visando a implementação de Projetos na área da segurança pública e defesa social;

AÇÃO: Articulação com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para o estabelecimento de parceria entre o Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública do Estado da Bahia – CISP, para os efeitos do Programa *Justiça Plena*.

04/04/2011 18:09:13 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Em busca de parcerias, coordenador do Ceosp participa de reuniões em Brasília

Visando efetivar as atribuições previstas para o recém-criado Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) do Ministério Público baiano, o promotor de Justiça Geder Gomes esteve em Brasília na última sexta-feira, dia 1º, para participar de reuniões com a corregedora-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon.

Na audiência com a ministra Eliana Calmon foram tratados temas como a possibilidade de convênio incluindo o CISP no "Programa Justiça Plena", da Corregedoria Nacional de Justiça, que



tem a finalidade de monitorar processos de grande repercussão social que estão com o andamento paralisado no Judiciário, e as ações da Corregedoria do CNJ nas Varas Criminais e de Execuções Penais relativas aos presos provisórios que se encontram em delegacias de Polícia. De acordo com Geder, a ministra acenou com interesse na parceria proposta e se comprometeu a comparecer a uma reunião do CISP, aproveitando a oportunidade para elogiar a iniciativa pioneira do Ministério Público da Bahia, na pessoa do procurador-geral de Justiça Wellington

César Lima e Silva.

Justiça Plena

- Promover o mapeamento nas comarcas da Bahia de processos criminais, ações civis públicas (de interesse de idosos, crianças, adolescentes e de improbidade administrativa), ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais que se enquadram como de grande repercussão social ou que estejam com o andamento paralisado ou suspenso por falta de interesse político
- Proceder à seleção e indicação para inclusão dos processos mapeados no Programa Justiça Plena do CNJ
- Promover o monitoramento e o apoio na gestão de processos mapeados e que estejam com o andamento paralisado ou suspenso por falta de interesse político

- **AÇÃO:** Reunião Extraordinária do CISP em **01/09/2011** - Assinatura do Termo de Cooperação para implantação do Programa Justiça Plena com a presença da Ministra do STJ e Corregedora Nacional de Justiça - CNJ, Eliana Calmon.

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

01/09/2011 18:05:40 Redatora: Maiama Cardoso MTb\BA - 2335

PGJ da Bahia firma acordo com CNJ e Cisp é o mais novo parceiro do "Justiça Plena"



O procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva firmou na manhã desta sexta-feira, dia 1º, dois termos de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Junto com a corregedora nacional do CNJ, ministra Eliana Calmon, o PGJ baiano assinou um termo que incluiu o Comitê Interinstitucional em Segurança Pública da Bahia (Cisp/BA) no 'Programa Justiça Plena', instrumentalizando o Ministério Público do Estado da Bahia para indicar ao programa, por meio do Cisp, processos passíveis de acompanhamento. Uma parceria que se formaliza para empregar mais efetividade ao sistema jurisdicional, assinalou Wellington César, destacando a satisfação em assinar um acordo de tamanha relevância juntamente com Eliana Calmon. Segundo a ministra, este é o caminho para solucionar demandas históricas, "pois nenhuma instituição consegue agir eficazmente sozinha". "A Justiça não pode sobreviver sozinha", salientou a ministra, afirmando que "o MP é um grande aliado."



Para o PGJ, a atuação articuladora do Cisp, que busca congrega instituições num esforço comum, reforça a percepção de que a problemática da segurança pública atinge e precisa ser resolvida pelos órgãos que integram o aparelho de estado e sociedade, que devem estar entronizados na tarefa comum de promover a defesa social. "Isso é fundamental", destacou

Wellington César, agradecendo aos representantes das instituições que lotaram a sala de sessões da sede do MP no Centro Administrativo da Bahia para prestigiar o evento, que aconteceu durante reunião extraordinária do Cisp. Por meio do 'Justiça Plena', processos de grande repercussão na sociedade baiana serão monitorados para que tenham prosseguimento e sejam julgados. O programa permite aos seus parceiros cadastrarem, atualizarem e consultarem o banco de dados do Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social (SAPRS), onde constam os processos que são de interesse público e têm potencial para repercutir na sociedade, oferecendo ainda apoio técnico aos juízes responsáveis pelas causas que lá estão publicadas e que são relacionadas a questões criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais.



AÇÃO: Audiências junto ao Ministério da Justiça para o estabelecimento de parcerias com o CISP /CEOSP, na área de segurança pública e defesa social.

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

04/04/2011 18:09:13 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Em busca de parcerias, coordenador do Ceosp participa de reuniões em Brasília



Visando efetivar as atribuições previstas para o recém-criado Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) do Ministério Público baiano, o promotor de Justiça Geder Gomes esteve em Brasília na última sexta-feira, dia 1º, para participar de reuniões com o secretário executivo do Ministério da Justiça (MJ), Luís Paulo Telles Barreto, com o secretário da

Reforma do Judiciário, Marcelo Vieira Campos, e com a corregedora-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon. De acordo com Geder Gomes, que coordena o Ceosp, a possibilidade de celebração de convênios entre o MP baiano e o MJ relacionados ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e uma maior participação da Instituição na ações relativas à área de segurança pública promovidas pelo MJ foram tratadas no encontro com o secretário Telles Barreto, que recebeu bem as propostas que devem resultar em ações conjuntas.



O promotor de Justiça também buscou parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário – órgão responsável por examinar, formular, promover, supervisionar e coordenar os processos de modernização da administração da Justiça brasileira, por meio da articulação com órgãos federais, do Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, governos estaduais, agências internacionais e organizações da sociedade civil organizada. Considerada estratégica em relação aos temas de segurança pública, a secretaria desenvolve diversas ações com verbas do Pronasci em convênio com os Estados. Segundo Geder Gomes, no encontro com o secretário Marcelo Campos, ficou acertada a participação dele na próxima reunião do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (CISP), na Bahia, além da possível celebração de convênio relacionado às ações da Secretaria.

- **AÇÃO:** Assinatura de Termo de Cessão de equipamento de videoconferência para teleaudiências na Execução Penal.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

24/05/2011 14:28:42 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA- 2335

Vara de Execuções Penais realizará audiências por videoconferência



Equipamentos de videoconferência doados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) ao Ministério Público do Estado da Bahia deverão facilitar o andamento dos processos de execução na capital baiana. Os equipamentos foram cedidos pelo MP à Vara de Execuções Penais, que os utilizará para realizar audiências diretas com o Complexo Penitenciário da Mata Escura, o que, segundo o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, irá garantir a agilização das atividades e a diminuição dos custos sem que haja prejuízo algum aos direitos dos presos, que continuarão sendo assistidos pelos seus advogados ou por defensor público.

De acordo com Geder Gomes, o Ministério da Justiça está enviando técnicos para capacitarem a equipe de trabalho que manuseará os equipamentos na Vara e no Complexo. O processo de doação, informou ele, foi a primeira ação articulada pelo Ceosp junto ao Depen, sendo que outros recursos, serviços e programas disponibilizados pelo Departamento e pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) estão sendo objeto de estudo do Centro, que buscará identificar aqueles que interessa à segurança pública e ao MP da Bahia para empreender gestões que viabilizem a efetivação de novas ações, algumas das quais já estão sendo objeto de projetos no MP.

O Ceosp foi criado no último mês de março por meio de ato do procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva. A sua instituição contempla uma das prioridades elencadas no "Plano Estratégico 2011-2023" como primordiais para atuação do MP, que agora conta com o órgão auxiliar, que tem entre as suas finalidades estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns; estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins; prestar auxílio aos órgãos de execução do MP na instrução de inquéritos civis ou na preparação e proposição de medidas processuais; elaborar, coordenar, acompanhar e avaliar programas, projetos e atividades institucionais relativas à área; realizar estudos e pesquisas voltados à formulação de políticas institucionais; e propor a realização de convênios, acompanhando a sua execução.

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL - CEOSP**

**PERÍODO: SETEMBRO A
DEZEMBRO DE 2011**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

PERÍODO: SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2011

- **AÇÃO:** Constante articulação do Ceosp com as entidades envolvidas no aperfeiçoamento da execução penal, buscando a garantia dos direitos humanos e a cidadania plena, bem como a otimização na aplicação de recursos;

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

15/09/2011 18:06:04

Consulta Pública baseará revisão de diretrizes para estabelecimentos penais

Os membros do Ministério Público do estado da Bahia com atuação na área de execução penal podem participar da consulta pública instalada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), como parte do processo de revisão das 'Diretrizes Básicas para Construção, Ampliação e Reforma de Estabelecimentos Penais' no país. De acordo com o presidente do CNPCP, promotor de Justiça da Bahia Geder Luiz Rocha Gomes, a iniciativa tem como objetivo analisar a atual realidade penitenciária e, com base nas necessidades das diferentes unidades prisionais, reestruturar as diretrizes de forma a otimizar a utilização dos recursos destinados às reformas dos estabelecimentos. Os interessados têm até o dia 30 de setembro para acessar o formulário no endereço eletrônico www.mj.gov.br/cnpcp. Depois de preenchida, a consulta deve ser enviada para o correio eletrônico cnpcp@mj.gov.br, com o título 'consulta pública'.



Todos os capítulos da resolução estão em análise, especialmente os que tratam do dimensionamento dos banheiros, alojamentos, telas e solários; da estrutura do módulo de saúde para diferentes unidades e complexos prisionais; da localização das salas de tratamento penal e parlatório; dos ambientes de ensino, celas adaptadas para idosos e pessoas com deficiência; do módulo de visita íntima e central de monitoramento; e das distinções entre as instalações e dimensões de cadeias públicas, presídios, penitenciária e colônia agrária ou industrial.

A consulta conta com o apoio de uma comissão interinstitucional formada por membros do CNPCP, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), e do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça (Consej). Além dos promotores e procuradores, devem participar da consulta defensores públicos, magistrados, membros de conselhos da comunidade e conselhos penitenciários, representantes de organizações da sociedade civil, bem como construtores.

28/11/2011 11:22:33 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Medidas preveem melhorias para o sistema prisional brasileiro

Três importantes medidas que visam à promoção de melhorias no sistema prisional brasileiro foram anunciadas na semana passada pelo Ministério da Justiça: o lançamento do "Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional", com a destinação de R\$ 1,1 bilhão para o sistema penitenciário nos próximos três anos; a criação da Estratégia Nacional de Alternativas Penais (Enapa); e um acordo de cooperação firmado entre Ministério da Justiça, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais. Subscrito pelo ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, pelo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), promotor de Justiça Geder Gomes, e pelo diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), promotor de Justiça Augusto Rossini, também foi divulgado o documento "Diretrizes Básicas para a Arquitetura Penal", que estabelece novos padrões para orientar os estados na construção de estabelecimentos penais.

O Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional possui duas metas principais: zerar o déficit de vagas femininas e reduzir o número de presos em delegacias de polícia, transferindo-os para cadeias públicas, de modo a garantir custódia adequada a presos provisórios e a mulheres condenadas. Segundo o Ministério da Justiça, existem hoje, no Brasil, 224 mil encarcerados em situação provisória, sendo que 52 mil estão em delegacias (seis mil deles na Bahia). Só as mulheres são 35 mil, embora o sistema disponha de apenas 18 mil vagas destinadas a elas. A expectativa, de acordo com o Ministério da Justiça, é gerar pelo menos 42,5 mil vagas com a ampliação ou construção de novos estabelecimentos. Esse total se divide em 15 mil femininas e 27,5 mil em cadeias públicas masculinas. A medida permitirá, ainda, a liberação dos policiais hoje responsáveis pela carceragem nas delegacias para o trabalho de combate à criminalidade. Para distribuição dos recursos, será adotado como critério o déficit dessas vagas informado pelo Sistema Nacional de Informação Penitenciária (InfoPen).

Esforço nacional

O Ministério Público, Defensoria Pública e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nacionais firmaram um acordo de cooperação visando à conjugação de esforços para, respeitadas as competências de cada órgão, a formulação e implementação de medidas que promovam melhorias no sistema penitenciário brasileiro e a redução do déficit prisional. Tendo como fundamento a garantia do respeito à dignidade humana e a promoção dos direitos fundamentais de todos que estão em território nacional, o acordo determina a criação de um Grupo Executivo formado por três membros indicados por cada instituição, além de representantes da Casa Civil e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A equipe contará com apoio técnico e administrativo do Depen para formular e implementar medidas de melhoria do sistema brasileiro.

Nova arquitetura

Os novos estabelecimentos prisionais a serem construídos no país deverão seguir as diretrizes básicas previstas na Resolução nº09/2011 do CNPCP. De acordo com o promotor de Justiça Geder Gomes, a resolução reformula e adequa a realidade atual do sistema carcerário brasileiro, levando em consideração necessidades de gênero, limitações físicas, faixa etária dos presos e serviços de educação e trabalho em todas as unidades a serem criadas no país. Em reunião realizada no último dia 23, o presidente do CNPCP e o diretor do Depen discutiram com 18 secretários estaduais de Justiça detalhes técnicos dos projetos estaduais (de reforma, construção, ações de reinserção e aplicação de penas alternativas), para que já sejam contemplados no novo



orçamento.

06/12/2011 15:34:19 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Presidente do CNPCP entrega minuta de indulto natalino com inovações ao ministro da Justiça



A minuta do decreto presidencial que concede indulto e comutação de penas, durante o período natalino, a presos do Sistema Penitenciário brasileiro foi entregue pelo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), promotor de Justiça da Bahia Geder Gomes, ao ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. Já nos próximos dias, o ministro deverá acolher o texto e encaminhá-lo à presidente da República, Dilma Rousseff, para publicação. Segundo o presidente do CNPCP, o decreto de 2011 traz algumas inovações. Pela primeira vez, os condenados que atendem a determinados requisitos, estão matriculados e

foram aprovados em curso de ensino formal fundamental ou médio, inclusive profissionalizante, ou superior poderão utilizar o ensino a seu favor.

Outra novidade apresentada no texto da minuta é a modificação da nomenclatura de pessoa portadora de deficiência para pessoa com deficiência. As pessoas estrangeiras, que, mesmo tendo o direito assegurado, não constavam de forma explícita nos decretos anteriores, estão registradas no novo texto que diz: "É concedido indulto às pessoas nacionais e estrangeiras". O indulto também será estendido a pessoas condenadas por crime contra o patrimônio, cometido sem grave ameaça ou violência à pessoa, sendo que, para limitar o período de permanência de todos os procedimentos, foi destacada a previsão de que o juízo da execução poderá julgar e proferir decisão sem manifestação do Conselho Penitenciário, caso o órgão não a apresente em até 30 dias.

Conforme lembrou Geder Gomes, o indulto é um direito que deve ser assegurado à pessoa que já cumpriu parte da pena, tem bom comportamento e se adequa a situações que o decreto elenca. Essa é uma forma de extinção da punibilidade que está prevista no artigo 107 do Código Penal Brasileiro e não deve ser confundida com a saída temporária, que é prevista em lei e concedida aos presos dos regimes aberto e semi-aberto durante o período natalino, ressaltou o promotor de Justiça baiano. De acordo com ele, o indulto extingue a punibilidade e, por isso, a pessoa não retorna à prisão, mas não atinge crimes considerados gravíssimos, como homicídio qualificado, estupro, latrocínio, extorsão mediante sequestro, tráfico de drogas e tortura. Já a comutação é um indulto parcial porque apenas diminui a pena. Esses direitos são assegurados a cerca de 4.500 pessoas por ano, lembrou o presidente do CNPCP, assinalando que o número é pequeno, pois não chega a 1% da população carcerária do país.

Aproveitando o encontro com José Eduardo Cardozo, Geder Gomes, por solicitação do procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, convidou e teve confirmada a presença do ministro na "Semana do Ministério Público 2011", que acontecerá em Salvador na próxima semana, entre os dias 14 e 16.

REUNIÕES DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA – CISP

De acordo com o art. 6º do ato nº 122/2011 – PGJ, que dispõe sobre a criação do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP, compete a este exercer as funções de Secretaria Executiva, cabendo-lhe o apoio técnico e administrativo do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública-CISP.

DEMANDAS E AÇÕES DO CISP – CEOSP

– **DEMANDA (CISP):** Criação de uma comissão temática, no âmbito do CISP, composta por representantes do MP/BA, TJ/BA, DPE/BA e SSP/BA, **que ficou responsável por elaborar um diagnóstico e apresentar propostas sobre a situação dos homicídios no Estado da Bahia**, cujas reuniões aconteceram nos meses de agosto e setembro de 2011.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

30/09/2011 18:40:18 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA- 2335

Diagnóstico do sistema penal é apresentado em reunião do Cisp



Uma síntese do diagnóstico do sistema penal da comarca de Salvador foi apresentada na manhã de hoje, dia 30, na sede do Ministério Público estadual, durante reunião do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp). O estudo elaborado pelo grupo de trabalho de homicídios, formado por representantes do MP, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança Pública, indica que a situação é delicada e precisa ser priorizada por todos os órgãos que compõem o sistema de defesa social.

Diante do coordenador da reunião, promotor de Justiça Geder Gomes; secretário de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; desembargador Nilson Castelo Branco; subdefensora pública-geral, Liliana Cavalcante; superintendente da Polícia Rodoviária Federal, inspetor George Paim; subcomandante geral da Polícia Militar, coronel Euletério; e demais componentes da reunião, a promotora de Justiça Mônica Barroso e o juiz Moacir Pitta Lima – representando o grupo de trabalho de homicídios – frisaram que é preciso que todos os órgãos atuem de forma sistêmica para que se possa efetivar o combate aos crimes de homicídio. “Precisamos trabalhar para nos colocarmos sempre adiante do que pensa o crime”, disse Mônica Barroso, salientando que a demanda atual é muito maior do que o Estado está apto para responder. A promotora, que desenvolve suas atribuições no Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social, que é coordenado por Geder Gomes, assinalou ainda que é imprescindível desenvolver estratégias rápidas e eficientes para fazer frente à criminalidade, de forma que aos criminosos não restem dúvidas sobre a ação punitiva do Estado.

Segundo Mônica Barroso, o estudo foi desenvolvido pelo grupo de trabalho levando-se em consideração a “Meta 2” da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), que consiste em concluir todos os inquéritos sobre homicídios instaurados até 2007 e que se encontram ainda em aberto. Para dar cumprimento a essa meta, informou o promotor de Justiça José Vicente Lima, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva designou quatro promotores de Justiça para atuarem em Salvador, sem prejuízo das suas atribuições. Também durante a reunião do Cisp foi discutido e aprovado o texto final do Regimento Interno do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp), que é coordenado pelo Ministério Público estadual e tem como finalidade contribuir com um sistema de justiça criminal e defesa social mais ágil e efetivo.



Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

08/11/2011 20:32:35 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

MP compartilha experiências bem sucedidas na área de segurança durante reunião do Cisp

Experiências bem sucedidas de utilização de tecnologia em atividades de investigação e no processo criminal aplicadas em municípios baianos foram apresentadas na manhã de hoje (8), durante a 7ª reunião do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública no Estado da Bahia (Cisp), que, diante das proposições do grupo de estudos formado para analisar questões relacionadas à segurança pública e à defesa comunitária, deliberou no sentido de que o Ministério Público estadual sugira aos seus membros



que fomentem a implantação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consegs) em todos os municípios do estado. Também por sugestão do grupo de estudos criado por solicitação do procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva será encaminhada ao programa "Agenda Bahia" proposta de interiorização do Departamento de Narcóticos (Denarc) para sejam implantadas novas delegacias no interior.



Essas ações, somadas a outros projetos, visam a consolidação de uma política efetiva de segurança pública, assinalou a promotora de Justiça Mônica Barroso, que atua no Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp). Por isso, faz-se importante conhecer experiências positivas, discuti-las e aproveitá-las para possível replicação e construção de novos projetos, ressaltou o promotor de Justiça Geder Gomes, coordenador do Centro. Juntamente com o chefe de gabinete da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), Carlos Sodré, e com o procurador-chefe do

Ministério Público Federal, Wilson Rocha Neto, os integrantes do Ceosp assistiram a apresentação dos promotores de Justiça Anderson Cerqueira (Guanambi), João Paulo Schoucair (Ribeira do Pombal) e Fabrício Patury (Ipirá).

Em Caetité (distante 757 km de Salvador), o registro audiovisual de audiências de instrução criminal promoveu acentuada agilidade às audiências que tiveram seu tempo reduzido em até um quarto. Isso, registrou o promotor Anderson Cerqueira – que iniciou o procedimento na comarca em 2008 – , gerou no município uma economia de cerca de 80 dias úteis de trabalho por ano. Para ele, o uso da tecnologia também tem como vantagens a fidelidade total dos registros, a preservação do depoimento no tempo, uma maior naturalidade na tomada do depoimento, além de viabilizar a construção da instrução. Tudo isso a baixo custo, frisou o promotor, lembrando que implantou ainda a cultura audiovisual em Igaporã, conseguindo



bons resultados.

Para reduzir a criminalidade no município de Ribeira do Pombal, a 271 km de Salvador, o promotor de Justiça João Paulo Schoucair desenvolveu, com o apoio do Poder Judiciário, Polícia Militar e da comunidade local, um projeto de implantação de sistema de monitoramento eletrônico, efetivado há dois anos. Lá, câmeras de alta tecnologia captam e gravam imagens que



são processadas e gerenciadas pela Polícia, que, segundo Schoucair, teve aumento significativo da sua capacidade operacional. Os equipamentos, instalados em locais específicos e estratégicos que obedecem a critérios técnicos de policiamento, apoiam eficientemente o patrulhamento ostensivo e auxiliam na identificação e prisão de suspeitos, disse ele, acrescentando que tudo é gerenciado em tempo real, o que já propiciou a redução dos índices de crime na cidade.

A união de esforços também tem gerado bons resultados no município de Ipirá, localizado a 202 km da capital. Movido pela crença de que a integração é imprescindível para construção de um trabalho eficiente de promoção da segurança pública, o promotor de Justiça Fabrício Patury desenvolveu projetos juntamente com a Polícia Civil para sanar deficiências de estrutura física e de tecnologia da delegacia, que agora conta com sala para reconhecimento de acusados e filmadoras que registram as oitivas realizadas no local. Também trabalhou em conjunto com o Poder Judiciário de Ipirá, já tendo conquistado a gestão judicial da Vara Crime, que reduziu os processos judiciais com análise dos mais antigos e está realizando audiências com registro audiovisual. A participação da sociedade civil no processo de promoção da segurança foi fomentada com a instalação do Conseg, que, junto com os órgãos de Estado, já promoveu a redução da criminalidade em altos percentuais, assinalou Patury, registrando que o saldo de todas essas ações é positivo, pois houve uma redução de 112% dos processos ativos na Vara Criminal, de 46% no número de inquéritos policiais instaurados, de 40 presos na cadeia que contava com 100, conseguindo-se ainda uma maior participação popular e política nas questões de segurança pública.



Também na reunião de hoje, o promotor de Justiça Geder Gomes anunciou que, no próximo dia 21, será realizado o "III Ciclo de Debates sobre Segurança Pública e Defesa Social", que terá como temas de palestras a "Tecnologia a Serviço da Segurança Pública", a cargo do comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, coronel Álvaro Camilo; "Unidades Pacificadoras: A experiência do estado do Rio de Janeiro", que será apresentada pela coordenadora das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do RJ, major Priscilla Azevedo; e "Personalidade e crime", que será ministrada pelo professor da Universidade de São Paulo, Alvino Sá.

DEMANDA: Troca de experiências com órgãos congêneres, nas reuniões da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes – Pacto Pela Vida e preparatórias para "Agenda Bahia", integradas pelo Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias de Estado e OAB;

AÇÃO: Articulação do CEOSP para as reuniões acontecerem nas dependências do Ministério Público do Estado da Bahia:

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

30/09/2011 20:37:35 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Pauta da Agenda Bahia é discutida em reunião da Câmara Setorial do Sistema de Justiça

Os integrantes da Câmara Setorial de Articulação do Sistema de Justiça reuniram-se na tarde desta sexta-feira, dia 30, na sede do Ministério Público baiano, para discutir temas prioritários para a pauta oficial da próxima reunião da Agenda Bahia, programada para a segunda quinzena de outubro. Participaram da reunião o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva; o secretário de Relações Internacionais Fernando



Schmidt; presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia (OAB-BA), Saul Quadros; secretários de Segurança Pública, Maurício Telles Barbosa, e de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes; promotora de Justiça Mônica Barroso Costa; juiz Ricardo Schmitt, assessor da presidência do Tribunal de Justiça da Bahia; e a defensora pública Tereza Cristina Ferreira. Na próxima sexta-feira, dia 7, será realizada uma nova reunião, onde cada instituição apresentará suas prioridades e, juntas, definirão os temas da pauta da Agenda Bahia.

No encontro de hoje, Fernando Schmidt apresentou um breve histórico das ações já realizadas no âmbito do 'Pacto pela Vida', e informou que, na próxima reunião da Agenda Bahia, os chefes de poder deverão apresentar o trabalho já realizado por suas instituições e dar ciência dos problemas que ainda existem. O procurador-geral de Justiça Wellington César, por sua vez, defendeu a realização de um diagnóstico dos problemas enfrentados e das iniciativas adotadas pelas instituições, bem como o diálogo permanente entre elas. "Com essas linhas estabelecidas, temos chance de fazer uma radiografia bem mais profunda. Tenho a convicção de que temos muito a apresentar na próxima reunião, bem como muito a propor", concluiu. Dentre algumas definições

discutidas hoje estão a implantação do Núcleo de Prisão em Flagrante e a criação de novas Centrais de Penas Alternativas (Ceapas).



Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

27/10/2011 18:30:02 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Câmara de Articulação dos Poderes discute implementação de Comitê de Recuperação de Ativos

Integrantes de órgãos que compõem a Câmara Setorial de Articulação dos Poderes, instituída no âmbito do projeto 'Pacto pela Vida' da 'Agenda Bahia', reuniram-se hoje, dia 27, na sede do Ministério Público estadual no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Voltados à discussão de temas afetos à segurança pública, eles debateram minutas de termos de cooperação técnica que preveem uma maior articulação entre os Poderes de Estado, Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública, no sentido de que seja implementado o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) e um projeto de tratamento de usuários de substâncias psicoativas no Complexo Penitenciário da Mata Escura, entre outros.



A participação e colaboração das diversas instituições nos trabalhos da Câmara foram ressaltadas pelo seu coordenador, o secretário de Relações Internacionais, Fernando Schmidt, que destacou o empenho de todos e assinalou que se percebe que os parceiros também têm partilhado da visão de que as discussões têm sido produtivas para cada uma das instituições. Diante da mesa composta ainda pelos promotores de Justiça do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), Geder Gomes e Mônica Barroso; do secretário de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; do subsecretário de Segurança Pública, Ary Pereira; procurador-geral do Estado, Rui Moraes; juiz-corregedor Cláudio Dalto; e defensora pública-geral, Maria Célia Padilha, o coordenador do Comitê de Articulação ressaltou ainda que, avaliando-se a situação da superlotação carcerária, já se pode notar muitos integrantes da área jurídica indicando os núcleos de penas alternativas e o regime semiaberto como alternativas à superlotação. Esse é um fato novo, pontuou ele, sinalizando que “de certa maneira, isso poderá ajudar o Poder Judiciário e o MP a promoverem uma mudança de cultura”.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

25/11/2011 11:43:56 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233



Câmara de Articulação dos Poderes discute evolução do “Pacto Pela Vida” e o papel da comunicação

Um plano de comunicação para o programa ‘Pacto pela Vida’ e o encaminhamento de um projeto de lei ao Poder Legislativo foram os principais temas debatidos durante a 11ª reunião da Câmara Setorial de Articulação dos Poderes, instituída no âmbito do Projeto ‘Pacto pela Vida’ da Agenda Bahia. Integrantes dos órgãos que compõem a Câmara reuniram-se na quinta-feira, 24, na sede do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo da Bahia. A reunião serviu também para a realização de um balanço das atividades do programa, que, na avaliação do Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, vem ganhando consistência na sua execução.

Durante o encontro, o secretário de Comunicação Robinson Almeida fez uma exposição a respeito da implementação do plano de comunicação do programa 'Pacto pela Vida', parte das iniciativas setorializadas que vêm sendo implementadas pelas secretarias no âmbito do programa. Entre as ações de comunicação a serem adotadas, o secretário ressaltou a produção de peças publicitárias, a exemplo de outdoors, criação de peças para divulgação em rádio e televisão, que teriam por finalidade gerar uma identificação entre a população e o programa. Outro ponto que está sendo priorizado no



plano de comunicação é o desenvolvimento de ferramentas de marketing voltadas mais especificamente para a importância das Bases Comunitárias de Segurança (BCS) do Calabar e do Nordeste de Amaralina.

O encontro contou ainda com uma exposição do secretário de Administração estadual Manoel Vitório acerca do encaminhamento ao Poder Legislativo do projeto de lei que cria o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e mais dez Centrais e Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas Alternativas (CEAPAs). A sugestão é que o projeto seja apresentado no '3º Encontro dos Chefes de Poder - Agenda Bahia 2011'.



Compunham ainda a mesa a promotora de Justiça do Ceosp, Mônica Barroso; o secretário de Relações Internacionais Fernando Schmidt; o secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, Nestor Duarte; o juiz-corregedor Cláudio Daltro; o subsecretário de Segurança Pública, Ary Oliveira; e a subdefensora pública-geral do Estado, Liliâne Sena Cavalcante. O coordenador do Ceosp, Geder Gomes, ressaltou para o grupo o nível de satisfação da comunidade do Calabar, visitada pelo MP na semana passada. "A ambiência de pacificação do convívio dos moradores é visível. As áreas técnicas do MP que lá estiveram presentes se sentem renovadas e, já havendo êxito nesse trabalho, encaminhar-se-ão, a partir do dia 30 de novembro, para a comunidade do Nordeste de Amaralina". A próxima reunião da Câmara de Articulação foi marcada para o dia 15 de dezembro.

DEMANDA: Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça da Bahia.

AÇÃO: Designação de Promotores de Justiça da capital e do interior para atuação específica no Mutirão, sob a Coordenação da Promotora de Justiça do CEOSP, Dra. Monica Barroso Costa.

Mutirão carcerário do CNJ chega à Bahia

Presos provisórios do sistema prisional baiano terão a chance de ver seus processos revisados pelo mutirão carcerário que foi instalado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ontem, dia 10, em Salvador. O mutirão, inaugurado na sala de atividades disponibilizada para o Ministério Público do Estado da Bahia no prédio sede das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça, analisará também, até o próximo dia 16 de novembro, todos os processos da execução penal e as condições das unidades prisionais baianas. Para isso, congregará esforços da equipe de trabalho do CNJ, juízes, promotores de Justiça e defensores públicos, que se dedicarão à realização do trabalho conjunto. "Ao final, será apresentado à sociedade um raio-x da justiça criminal e do sistema carcerário do estado", afirmou o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ, juiz Luciano Losekann.



Segundo Losekann, a intenção do mutirão "não é colocar os presos na rua. É, antes de tudo, assegurar o direito de liberdade àqueles que já o possuem". O objetivo do CNJ, disse ele, é melhorar o sistema e torná-lo mais ágil para que o Poder Judiciário possa oferecer uma prestação mais regular na seara criminal. De acordo com o juiz, o Conselho Nacional de Justiça é hoje um órgão de gestão que tem por finalidade qualificar a prestação jurisdicional. Mas o CNJ já identificou que há uma situação de pendência com a sociedade brasileira por causa da deficiência na gestão, assinalou ele, frisando que o Conselho está trabalhando para minorar o problema. Uma das disfunções desse sistema, lamentou Losekann, é o alto número de presos provisórios, o que se constata inclusive na Bahia. É na tarefa conjunta de se ajustar essa realidade ao que se pretende chegar que oito promotores de Justiça atuarão e que o Ministério Público oferecerá o seu apoio, garantiu o chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, promotor de Justiça Antônio Ferreira Villas Boas, desejando pleno êxito à jornada de trabalho.

Destacando que este mutirão é consequência natural da experiência positiva do primeiro mutirão carcerário realizado pelo CNJ na Bahia em 2010, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Telma Britto agradeceu à parceria do MP e Defensoria Pública, e desejou um excelente trabalho a todos. Ao lado dessas autoridades e dos desembargadores baianos Gerônimo dos Santos e Lícia Carvalho, do juiz Cláudio Daltro e do chefe de gabinete da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), Carlos Sodré, o promotor de Justiça auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Marcos Centeno, destacou que o objetivo do CNMP no mutirão é verificar eventuais irregularidades nos processos e atuar no sentido de corrigi-las. "O nosso compromisso é com a aplicação da lei", disse ele, registrando que é preciso deixar claro para a sociedade que "não temos compromisso com a liberação de presos para criação de vagas".



Na tarde de ontem, o representante do CNMP visitou a Penitenciária Lemos de Brito com a promotora de Justiça da Bahia Mônica Barroso. No complexo que abriga 1.397 internos, eles avaliaram a estrutura administrativa, os módulos de alojamento dos presos e o local de depósito dos alimentos. Acompanhados do diretor da unidade, capitão Márcio de Amorim Macedo, os promotores de Justiça conheceram ainda a estrutura da fábrica de tijolos, onde presos do sistema semi-aberto desenvolvem atividades, e salas de aula onde 400 internos estudam. Diante de tudo que foi visto, a promotora de Justiça Mônica Barroso, que atua no Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), registrou que o mutirão é importante, mas que é imprescindível haver uma melhoria no sistema prisional com o aumento do número de vagas. "O que se observou aqui foi uma ausência de investimentos, superlotação e estrutura de abrigamento inadequada", disse Marcos Centeno, destacando que isso é algo crônico no sistema carcerário brasileiro, sobretudo nos estabelecimentos construídos há mais 10 anos. Para ele, um dos fatos mais preocupantes é o de que muitos estabelecimentos prisionais estão situados dentro de zona urbana, como é o caso da Bahia. Em síntese, disse Centeno, "a mudança precisa ser de postura dos gestores do sistema prisional, no sentido de haver um forte investimento". "Estamos perto da implosão do sistema", alertou ele.



Mutirão carcerário da Bahia concede 1,1 mil liberdades



O Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça na Bahia resultou em 1.176 libertações, de um total de 1.634 benefícios concedidos a presos provisórios e condenados que estavam detidos irregularmente em estabelecimentos prisionais do estado. A equipe do Programa Mutirão Carcerário, do CNJ, analisou 7.148 processos entre 10 de outubro e 30 de novembro, período em que foram realizadas as inspeções em presídios, delegacias e cadeias públicas do estado.

"A experiência foi boa, houve uma evolução do primeiro (mutirão) para este", afirmou o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, juiz Luciano Losekann, que representou o Conselho na divulgação do diagnóstico do sistema prisional baiano, que inclui os resultados da concessão de benefícios e verificação das instalações físicas, ocorrida nesta terça-feira (06/12).

O magistrado do CNJ se referia ao primeiro mutirão realizado no estado, em 2009. "A iniciativa tem como objetivo propor que haja melhoria do sistema de justiça criminal", disse. O mutirão na Bahia foi coordenado pelas juízas Ivana David, do Tribunal de Justiça de São Paulo, Maria de Fátima Alves da Silva, do Tribunal de Justiça do Pará, designadas pelo CNJ, e pelo juiz-corregedor Cláudio Daltro, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). Também participaram da mobilização uma equipe de servidores e magistrados do TJBA.

Aos presos condenados foram concedidos benefícios como extinção de pena, livramento condicional, progressão de regime, indulto, remição de pena, prisão domiciliar, dentre outros.

"Os resultados foram bons, principalmente porque foi possível traçar um diagnóstico de como estão sendo tratados os processos criminais e de execução penal, além das efetivas solturas", a juíza Maria de Fátima Alves da Silva, coordenadora do mutirão.

O juiz corregedor Cláudio Daltro, um dos coordenadores da iniciativa, considerou o mutirão uma “experiência positiva, apesar das dificuldades estruturais”. O magistrado destacou que a avaliação possibilitará maior agilidade. “Iremos aguardar os relatórios para trabalharmos em cima do que for indicado, criando ações específicas” concluiu o magistrado.

A presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Telma Britto, encerrou as atividades parabenizando o CNJ e agradecendo à equipe pelo empenho. “Todo resultado exposto reflete problemas de muitos anos. Eu gostaria de solicitar ao CNJ a análise do problema a partir de causas primárias, como a falta de recursos orçamentários e carência de magistrados”, disse a presidente.

A desembargadora ainda destacou projetos como o Pacto pela Vida e o Começar de Novo, desenvolvido em parceria com o CNJ. “O Poder Judiciário, nessa gestão, não se eximiu das responsabilidades. Buscamos atender melhor aos jurisdicionados, tanto os comuns, quanto os recolhidos no sistema prisional, já que a magistratura da Bahia quer atingir a excelência”, concluiu.

O mutirão contou com os juízes Andremara dos Santos, Freddy Carvalho Pitta Lima, José Carlos Rodrigues do Nascimento, Mariângela Lopes Nardin, Moacir Pitta Lima Filho, Patrícia Sobral Lopes e Rosana Passos.

Também compuseram a mesa de encerramento do mutirão, realizado no auditório do Tribunal de Justiça, a primeira vice-presidente do Tribunal, desembargadora Maria José Sales Pereira; o corregedor-geral de Justiça, desembargador Jerônimo dos Santos; o promotor público Geder Luís Gomes, representando o Ministério Público, e Carlos Sodré, chefe de gabinete da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), representando o secretário Nestor Duarte.

Agência CNJ de Notícias, com informações do TJBA

- **DEMANDA:** Formação e Gestão do Conhecimento.

Ação: Realização de estudos, pesquisas e eventos relacionados à área de segurança pública e defesa social;

Ação: Criação do Grupo Estudos com membros do Ministério Público com o objetivo da troca de experiências bem sucedidas de utilização de tecnologia em atividades de investigação e no processo criminal, composto pelos Promotores de Justiça Monica Barroso Costa, Fabricio Rabelo Patury, Anderson Cerqueira e João Paulo Schoucair.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

04/11/2011 18:35:02 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

MP debate nova lei das cautelares no 1º dia do encontro das pastorais carcerárias

Debater a nova Lei das Cautelares (Lei nº 12.403/2011), o atual cenário prisional no Nordeste e as experiências positivas vividas nos diferentes estados. Com esses objetivos, foi aberto hoje (04) o 'Encontro de Dirigentes de Pastoral Carcerária dos Estados da Bahia e Sergipe' – o 'Nordestão'. O evento prossegue no sábado (05), das 8h30 às 18h, e no domingo (06), das 8h30 até as 12h, no Centro de Treinamento de Líderes, localizado na Rua Alves Ribeiro, 235, em Itapuã.

O encontro foi aberto pelo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, promotor de Justiça Geder Luiz



Rocha Gomes, que traçou um panorama do sistema prisional no Brasil. Com 500 mil detentos, o país tem a 4ª maior população carcerária do mundo, e a que mais cresce. "Em 1990, tínhamos 95 mil presos. Em 2010, esse número chegou a 500 mil e outros 500 mil mandados não podem ser cumpridos por falta de vagas no sistema", destacou Geder Gomes, ressaltando que, nesse cenário, a Lei 12.403/2011, chamada Lei das Cautelares, surge como uma evolução. "A lei diz que a prisão só deve ser aplicada caso não se aplique nenhuma das possíveis cautelares alternativas à prisão".

Dentre as alternativas à prisão

propostas pela nova lei, o promotor de Justiça destacou o monitoramento eletrônico. "Hoje, aplicando-se a lei, é possível retirar pelo menos 50 mil presos das cadeias, cerca de 10% do total, e aplicar sobre eles o monitoramento eletrônico. Além de ajudar a diminuir o déficit carcerário, essa medida reduz custos. Enquanto um detento custa cerca de R\$ 1.900,00 ao



Estado, com o monitoramento eletrônico, esse custo cai para R\$ 350,00, seis vezes menos”.

A segunda conferencista foi a titular da Vara de Execuções Penais, juíza Andremara dos Santos, que abriu sua exposição destacando que a lei não traz maiores novidades. “Ela só vem cristalizar um princípio que já está em todo o ordenamento, sobretudo na nossa Constituição Federal. Há, no entanto, algumas novidades importantes. Agora, quem é preso em flagrante tem que ser solto em 24 horas. Mais do que isso, só com a decisão de um juiz, que precisa dizer porque não coube nenhuma cautelar para soltar o preso. Caso contrário, toda prisão é ilegal”, destacou a magistrada, que concluiu afirmando que “a nova lei vem ressaltar, vem reforçar um princípio fundamental da justiça que foi negligenciado e até invertido historicamente: todos são inocentes até que se prove o contrário”.

No sábado, pela manhã, representantes das pastorais carcerárias de todos os estados nordestinos debaterão a evolução do sistema prisional em suas áreas de atuação. À tarde, o tema da discussão será a 'Formação Para a Vida Cristã no Cárcere'. No domingo, será realizada uma avaliação do encontro e traçadas as metas para o trabalho durante o próximo ano. 'Nossa busca é atuar mais próximos à comunidade e criar comunidades nos presídios. Não queremos apenas tirar as pessoas de lá, desejamos também que elas saiam como novos laços afetivos', conclui o coordenador nacional da Pastoral Carcerária, padre Valdir Silveira.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

10/11/2011 18:12:12 Redatora: Maria Alcina Pipolo (MTb/BA 915)

MP e TJ participam do início do mutirão do CNJ de medidas de segurança da Lei Antimanicomial

“Dois mitos devem ser desconstruídos: o de que todos os loucos são perigosos e de que devem estar longe do convívio com a sociedade”. Esta foi a recomendação do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), do Ministério Público estadual, promotor de Justiça Geder Gomes, ao falar na manhã de hoje, dia 10, no 'Seminário de Medidas de Segurança Frente à Lei Antimanicomial', promovido pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Parafraseando uma música de autoria de Chico Buarque e cantada por Maria Bethania, o promotor de Justiça baiano – que é também presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) –, salientou que “é preciso romper a incabível prisão”, pois “a segregação em manicômio não gera efeitos terapêuticos positivos”. O representante do MP destacou a necessidade de que “o isolamento seja substituído cada vez mais por estruturas de cuidado com o paciente psiquiátrico, feito por uma equipe multidisciplinar, através do atendimento em meio aberto, que custa muito menos do que mantê-lo em um hospital”.



Fazendo um breve histórico, Geder Gomes acentuou que há conflitos entre a Lei Psiquiátrica (que tem cerca de 10 anos) e o Código Penal, que data de 1940 e determina a internação dos portadores de doenças mentais, que cometem crimes, em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico por tempo indeterminado. Demonstrando sua satisfação por muitos passos já terem sido dados, ele lembrou que, a partir de 2007, o TJ determinou que a medida de segurança fosse cumprida preferencialmente de forma ambulatorial no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); que a internação fosse cumprida em hospital especializado, e somente como terceira opção, fosse encaminhado ao Hospital de Custódia e Tratamento (HCT). Referiu-se também ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre

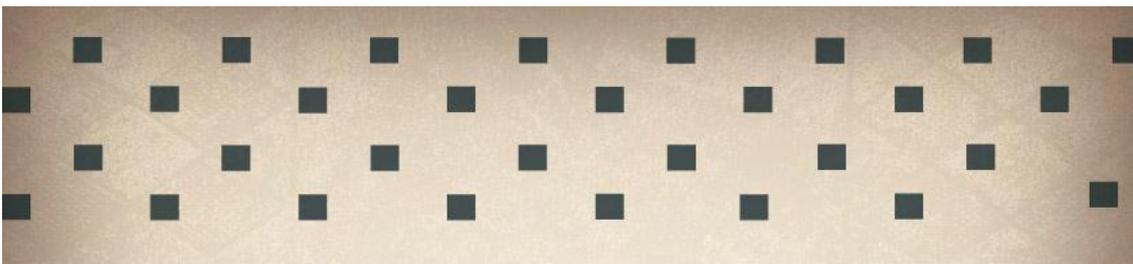


o Ministério Público e o Governo do Estado, que possibilitou que muitos internos do HCT fossem transferidos para residências terapêuticas, além do Decreto do Indulto, “uma vitória conquistada pelo CNPCP”.

O painel ‘A implementação do Programa de Política Antimanicomial do Estado da Bahia’ foi presidido pela psicanalista Tânia Duplat, contando também com as palestras da juíza Andremara dos Santos e da defensora pública Vitória Bandeira. Contando com outros quatro painéis, o evento teve a proposta de discutir os desafios encontrados por juízes, promotores de Justiça, defensores públicos, médicos e gestores da administração pública para cumprir a Política Nacional Antimanicomial (Lei 10.216), aprovada há uma década, na execução de medidas de segurança dos pacientes judiciários. A Bahia é o primeiro estado a receber um mutirão de medidas de segurança promovido pelo CNJ, cujas ações servirão como um modelo de discussão para o restante do país.

A mesa de abertura do evento foi composta pela presidente do TJ, desembargadora Telma Brito; pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Jerônimo dos Santos; pelo conselheiro do CNJ, Jorge Hélio de Oliveira; pelo secretário estadual da Administração Penitenciária, Nestor Duarte; pelo promotor de Justiça Geder Gomes; pelo defensor público Gilmar Bittencourt e pelo secretário de Saúde do município de Santo Antônio de Jesus, Joan Paulo de Souza.

AÇÃO: Realização do III Ciclo de debates sobre Segurança Pública e Defesa Social em 21/11/2011.



III CICLO DE DEBATES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PÚBLICO-ALVO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JUÍZES DE DIREITO, DEFENSORES PÚBLICOS, DELEGADOS DE POLÍCIA, OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR, ADVOGADOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS, SERVIDORES QUE ATUAM NA ÁREA CRIMINAL, ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA INSTITUIÇÃO E DEMAIS INTERESSADOS NO TEMA.



21
de novembro de
2011

Auditório Afonso Garcia Tinoco - Ministério Público do Estado da Bahia
5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB

<p>8h – Credenciamento</p> <p>8h30 – Abertura Wellington César Lima e Silva Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia</p> <p>Geder Luiz Rocha Gomes Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social - CEOSP</p> <p>9h – “A tecnologia a serviço da Segurança Pública” Coronel Álvaro Batista Camilo Comandante-Geral da Polícia Militar de São Paulo</p>	<p>10h – “Personalidade do crime” Alvino Augusto de Sá Professor da Faculdade de Direito da USP</p> <p>11h – “Unidades de Polícia Pacificadora: a experiência do Estado do Rio de Janeiro” Major Priscilla de Oliveira Azevedo Coordenadora das UPPs do Rio de Janeiro</p> <p>12h – Debate</p> <p>12h30 – Encerramento</p>
---	--

Inscrições e mais informações:
www.mp.ba.gov.br
71 3321.9848
71 3322.4731/1871 ramais 236/230

Realização:




21/11/2011 17:36:54 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Experiências no combate ao crime apresentados em ciclo de debates sobre segurança pública



"Um delinquente não é necessariamente um inimigo. Todas as pessoas são iguais, mesmo as que cometeram crimes. Não existe personalidade criminosa; os criminosos são pessoas que se moldaram no crime por força de experiências e de fatores externos a que estiveram sujeitos". Esses foram alguns dos conceitos apresentados pelo psicólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP), Alvinho Augusto de Sá, durante o 'III Ciclo de Debates sobre Segurança Pública e Defesa Social', realizado na manhã de hoje (21) no auditório do Ministério Público baiano. Para ele, que falou sobre o tema 'Personalidade e crime', não são as

características da personalidade que determinam o comportamento criminoso; mas é a experiência na vida do crime que promove uma readequação do padrão de conduta e valores do indivíduo, numa espécie de "processo de criminalização". "Por isso, aquele que cometeu um crime não é necessariamente um inimigo; é também um cidadão e precisa ter direitos assegurados", defendeu. Os recursos tecnológicos que a Polícia Militar de São Paulo vem utilizando no combate ao crime e na defesa dos cidadãos, inclusive com uso de tablets pelos policiais e vídeo-monitoramento urbano, e a experiência sobre as Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro também foram apresentados durante o evento pelo diretor de telemática da PM-SP, tenente-coronel Alfredo Deak Júnior, e pela coordenadora das UPPs no Rio, major Priscilla de Oliveira Azevedo, respectivamente.



Uma realização do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), a terceira edição do 'Ciclo de Debates sobre Segurança Pública' foi aberta pelo promotor de Justiça Geder Gomes, coordenador do Ceosp, que falou sobre a atuação, os estudos, as ações e eventos realizados pelo centro de apoio nos últimos meses. A experiência do 'Projeto Comunidade Legal' e a atuação do Ministério Público no bairro do Calabar, primeiro em Salvador a receber uma Base Comunitária de Segurança, foi apresentada pelo promotor de Justiça, que anunciou que o projeto será iniciado também no Nordeste de Amaralina, onde recentemente foram instaladas novas bases comunitárias. Para isso, será realizada uma audiência pública no bairro no próximo dia 30, presidida pelo procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, com o objetivo de conhecer as demandas da comunidade e criar um calendário de ações do MP. De acordo com Geder Gomes, o Ceosp pretende promover quatro ciclos de debates sobre segurança pública em 2012.



- – **DEMANDA:** Projeto Comunidade Legal do CEOSP-MP;

AÇÕES/ INICIATIVAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Atuação do Ministério Público nas Bases Comunitárias de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover e participar de programas e ações relativos à inclusão social nas bases comunitárias de segurança. ▪ Prestar atendimento à população nas temáticas que envolvam a defesa de interesses sociais, a garantia do direito à segurança e à vida, prevenção da violência e da criminalidade, a defesa da ordem e da democracia e funções jurisdicionais ▪ Incentivar a mobilização, articulação e participação popular, por meio de ONG's, movimentos populares, conselhos e associações comunitárias, dentre outros, de modo a criar canais de participação e controle das políticas públicas, com ênfase na segurança pública. ▪ Realizar incursões de proximidade em defesa de grupos sociais vitimizados, especialmente envolvendo crianças e adolescentes, com vistas a defesa e prevenção da violência e criminalidade.
Projeto Comunidade Legal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a atividade ministerial relacionadas a execução e acompanhamento de medidas judiciais e extrajudiciais de proteção às crianças e adolescentes vitimizados; ▪ Articular a rede de prestação de serviços públicos, visando o desenvolvimento biológico, psicológico e social das crianças em más condições de vida, expostas a privações afetivas, econômicas, sociais e culturais; ▪ Contribuir no monitoramento e controle setoriais das ações na comunidade alvo, em apoio ao processo de gestão estratégica. ▪ Reduzir as situações de risco das crianças e adolescentes vitimizados; ▪ Reduzir as ocorrências relacionadas a participação de crianças e adolescentes em atividades ilícitas, como prostituição e tráfico de drogas, dentre outras situações de risco;

- **AÇÃO:** Ouvir representantes das comunidades do Alto das Pombas e Calabar na Base Comunitária de Segurança Pública:

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

08/11/2011 09:57:23 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

MP ouvirá comunidade sobre impactos da implantação da primeira base de segurança de Salvador

Os impactos da implantação da primeira Base Comunitária de Segurança (BCS) no município de Salvador serão apresentados pelas comunidades do Alto das Pombas e Calabar ao Ministério Público do Estado da Bahia. Amanhã, dia 9, às 9h, a promotora de Justiça que atua no Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), Mônica Barroso, estará na BCS para ouvir representantes de movimentos sociais e grupos organizados das duas comunidades sobre as mudanças decorrentes da instalação da base, ocorrida em abril último.



Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

10/11/2011
10:25:20

Redatora: Mércia Araújo (Estagiária de Jornalismo). Com supervisão de Gabriel Pinheiro (DRT/BA 2233)

MP se reúne com comunidades do Calabar e Alto das Pombas para avaliar Base Comunitária

Maior sensação de segurança e confiança em instituições como o Ministério Público e a Polícia Militar. Essa foi a avaliação inicial feita pelos moradores das comunidades do Calabar e do Alto das Pombas sobre os primeiros efeitos da implantação da Base Comunitária de Segurança (BCS) na localidade. A promotora de Justiça Mônica Barroso, que atua no Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), reuniu-se com representantes dos grupos e movimentos sociais organizados nesta quarta-feira, dia 9, para ouvir a população e considerou o balanço positivo. "O objetivo inicial foi atingido, mas ainda há muito o que fazer", destacou a promotora de Justiça.

Para a continuidade do trabalho, a principal cobrança dos moradores é uma maior "interiorização" da presença policial, atualmente restrita às ruas mais centrais da comunidade. "Eles querem ver a polícia também nos becos e vielas", ressaltou Mônica Barroso. A promotora de Justiça, que acompanha o processo de implantação desde o início, avalia a cobrança como um sinal do sucesso do trabalho, vez que refletiria uma maior confiança dos moradores. Prova disso, completou ela, é o retorno para o bairro de muitos ex-moradores que tinham deixado a comunidade com medo. "Eles estão mais confiantes", concluiu.

ACÇÃO: Audiência pública na Base Comunitária de Segurança Pública do Nordeste de Amaralina em 30/11/2011

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

01/12/2011 12:31:11 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

MP realiza audiência pública no Nordeste de Amaralina



Aumentar a presença do Estado, levando serviços e melhorando a atuação da polícia junto à comunidade do Nordeste de Amaralina. Com este objetivo, foi realizada na tarde de ontem, dia 30, a audiência pública 'Ministério Público nas Bases Comunitárias de Segurança (BCS): Inclusão Social'. Presidida pelo procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, a audiência, que aconteceu na própria Base Comunitária, foi organizada pelo Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (Ceosp), coordenado pelo promotor de Justiça Geder Gomes, que compôs a mesa ao lado do PGJ. O evento contou ainda com a participação de outros coordenadores de centros de Apoio Operacional do MP, além de policiais militares e líderes comunitários do bairro.



Os moradores concordaram que a presença da polícia aumentou, melhorando a sensação de segurança, no entanto se queixaram da forma como os militares vêm atuando. "Há preconceito na abordagem dos jovens. Isso precisa mudar", afirmaram os participantes do encontro, fazendo questão de salientar a importância do MP nessa transformação. Para avaliar a situação de forma sistemática, o procurador-geral de Justiça propôs a criação de um 'Conselho Permanente Comunitário', que daria constância e sustentação ao diálogo entre o Ministério Público e a comunidade. "Os canais de comunicação estão abertos. Toda reclamação conta com a atenção do MP", frisou o PGJ, assegurando ainda à comunidade que suas queixas serviriam de base para o desenvolvimento de estratégias de ação do MP.

O coordenador do Ceosp destacou a importância do encontro para que os coordenadores dos diversos centros de Apoio Operacional presentes tomassem ciência dos principais problemas do bairro. "A intenção é trazer a Instituição até o bairro", assinalou Geder Gomes, explicando que, a partir dos questionamentos levantados, o MP vai priorizar ações e gerar atendimentos individuais em audiências agendadas, sempre que possível, realizadas no próprio bairro.